

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 27 | Nº 264 | JUNHO DE 2022

ENTREVISTA

Frei David dos Santos,
da Educafro: educação
não pode ser privilégio

MOBILIDADE

O caos ronda
o transporte público
de Porto Alegre

Foto: Márcio Tavares/Cadimur/Divulgação

Costa oceânica do Rio Grande do Sul: santuário da vida marinha

O clima temperado e tropical e as correntes subantárticas do Prata, ricas em nutrientes, atraem para o litoral do extremo-sul a exuberante fauna marinha em suas rotas migratórias

EDITORIAL

Vida marinha

No destaque de capa desta edição, estão a diversidade e a exuberância da fauna marinha que transforma a costa do Rio Grande do Sul em um dos mais ricos santuários da biodiversidade do continente. Ameaçadas de extinção e pressionadas pela degradação ambiental, são espécies que permanecem por curtos períodos de tempo nesse vasto território, à procura de alimentos ou para se reproduzir e cumprir ciclos de vida, antes de seguir em suas rotas migratórias.

Assim como outras cinco edições ao longo deste ano, o *Extra Classe* de junho não será impresso, em virtude da pandemia. A publicação está disponível em PDF, Flip e on-line.

ENTREVISTA – O acesso à educação superior pública e gratuita não pode ser um privilégio de poucos brasileiros, sentencia o frei franciscano David dos Santos, da Paróquia Santuário de São Francisco, centro de São Paulo, em entrevista nesta edição. Responsável pela criação dos cursos preparatórios para o vestibular que foram a porta de entrada de mais de cem mil jovens negros da periferia da maior metrópole brasileira na universidade, ele relata a luta por equidade também no mercado de trabalho. Está coordenando cursos preparatórios para que a população afro-brasileira possa concorrer com mais igualdade de oportunidades em concursos públicos. A Educafro, ONG criada pelo religioso, também assumiu o protagonismo mundial no enfrentamento à exclusão, preconceito e violência contra pessoas negras. Em 2020, a Educafro ajuizou uma ação civil pública que resultou na maior indenização coletiva da história do país e da América Latina para a comunidade negra no caso do assassinato de Beto Freitas, em novembro daquele ano, por seguranças do Carrefour, em Porto Alegre.

MOBILIDADE – Porto Alegre, que já teve os ônibus mais modernos e confortáveis da América Latina, assiste ao sucateamento do transporte coletivo. Frota defasada, tarifa que aumenta sem parar, apesar dos subsídios milionários da prefeitura às empresas privadas, extinção dos cobradores e superlotação. E ainda convive com o fantasma da privatização da Carris.

Confira ainda nesta edição: Luis Fernando Verissimo, Marcos Rolim, Marco Weissheimer, Fraga, Edgar Vasques e Rafael Corrêa.

Boa leitura!

04 ENTREVISTA

David dos Santos e a luta pela inclusão dos jovens da periferia na universidade

07 IDEIAS

Mauro Borba e as memórias da Ipanema FM, a 94.9, que fez a cabeça de gerações e revolucionou o rádio

08 MOBILIDADE

Redução de passageiros, tarifa cara, frota sucateada: o caos ronda o transporte público em Porto Alegre

11 WEISSHEIMER

A guerra de Bolsonaro e do Estado brasileiro contra os povos indígenas

12 POLÍTICA

Congresso Nacional aprovou apenas um projeto em favor da comunidade LGBTQIA+

14 AMBIENTE

A diversidade e a exuberância da fauna marinha invadem a costa oceânica do estado

18 ENSINO PRIVADO

Crise atinge negociações coletivas do ensino privado gaúcho

24 ROLIM

A República de Gilead

25 ARTE +

Al Jannah: utopia, boemia e resistência



EXTRA
CLASSE-ORG-BR

Redação: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Estágio em Jornalismo: Douglas Schütz

Colaboradores: Cristina Ávila, Flávio Ilha, Marcelo Menna Barreto e Mauro Borba

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio

Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

extraclasse@sinprors.org.br

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

extraclasse.org.br [fb.com/jornalextraclass](https://www.facebook.com/jornalextraclass) [instagram.com/jornalextraclass](https://www.instagram.com/jornalextraclass)

Licenças ambientais

Nove anos depois da Operação Concutare, deflagrada em 29 de abril de 2013 pela Polícia Federal para investigar a venda de licenças ambientais na Fepam, a Justiça Federal determinou que o primeiro réu do caso, o ex-servidor Ricardo Sarres Pessoa, comece a cumprir pena por corrupção passiva em regime semiaberto. Dos 24 indiciados – servidores, empresários e consultores ambientais acusados de pagar propina em troca de licenças e agilização do trâmite de procedimentos administrativos junto à Fepam –, 15 foram condenados em três processos do Ministério Público Federal. Pessoa foi condenado em junho de 2020, em primeiro grau, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, a sete anos, cinco meses e dez dias no semiaberto. Em março, o TRF4 manteve a condenação, mas reduziu a pena em três anos.



Caminhões de lixo: empresas fantasmas e superfaturamento

Uma empresa que só existe no papel venceu pregões de R\$ 12 milhões para aquisição de caminhões de coleta de lixo urbano com recursos do governo federal no período de um ano. No endereço informado na papelada, existe uma casa abandonada em Goiânia (GO). Outra firma fantasma venceu licitações no valor de R\$ 9 milhões para fornecer caminhões de lixo em 2021. A farrá dos caminhões de lixo vem sendo revelada pelo jornal O Estado de São Paulo, a partir da análise de 1,2 mil documentos que apontam indícios de superfaturamento de R\$ 109 milhões, empresas em nomes de laranjas, como o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e licitações suspeitas abertas e encerradas em apenas 88 segundos.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) protocolou representações junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Procuradoria-Geral da República (PGR) pedindo a abertura de investigações sobre os indícios de superfaturamento na compra de caminhões pelo governo Bolsonaro. “É falta de transparência e dano ao orçamento público”, apontou.

A Globalcenter Mercantil, registrada em nome do empresário Herbert Rafael Lacerda Neco, e a Fibra Distribuição e Logística Eireli, que tem como dono Jair Balduino de Souza, dividem o mesmo escritório em Goiânia. Detalhe: Souza foi beneficiário do auxílio emergencial de R\$ 600,00. Juntas, as duas empresas arremataram pregões eletrônicos de R\$ 21 milhões.

Desse total, R\$ 4,7 milhões foram encaminhados pelo senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), via emendas, para aquisição de 15 veículos compactadores de lixo. Cardoso disse que interferiu na negociação, o que configura distorção no processo de compras públicas, e pressionou pela agilização da entrega dos veículos a fim de atender a “demandas de prefeitos e vereadores” de seus redutos eleitorais.

No esquema, as duas empresas são as que mais venderam esses equipamentos ao governo com preços majorados em até R\$ 114 mil por unidade.

Comprado por R\$ 361,9 mil de emenda do senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL), o caminhão destinado ao município de Minerador do Negrão, no interior de Alagoas, é o maior disponível no mercado. Com ca-

pacidade para transportar 15 metros cúbicos de lixo, o equipamento não é recomendado para localidades que tenham menos de 17 mil habitantes. Para encher o novo caminhão, os 5,3 mil negrenses levam dois dias.

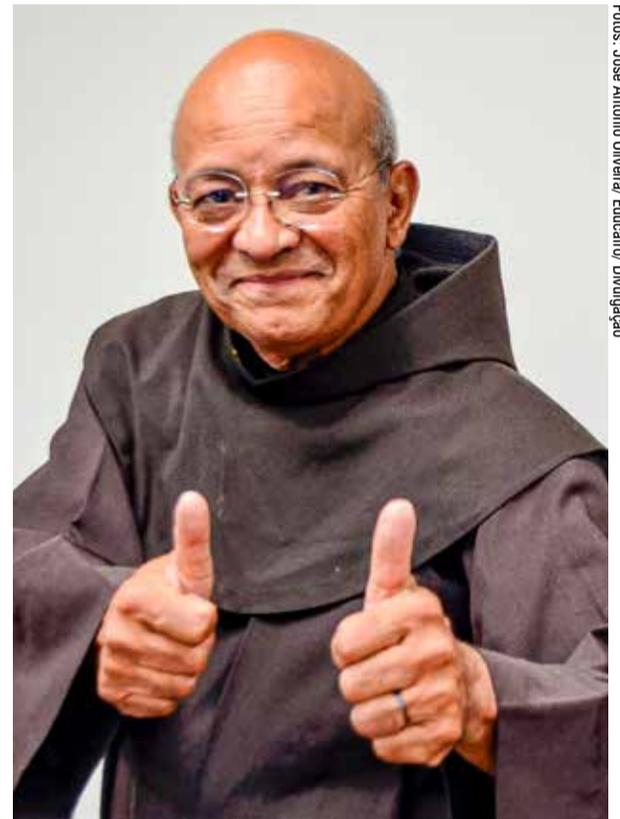
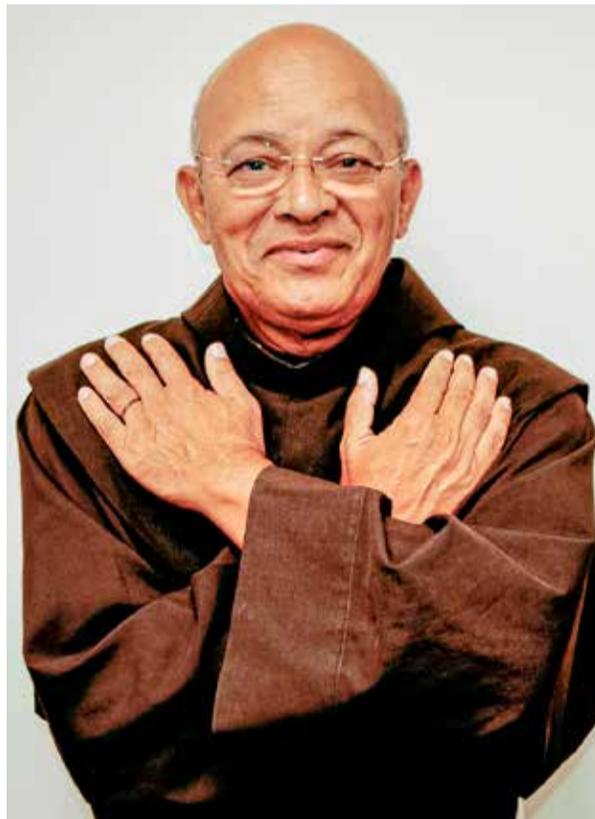
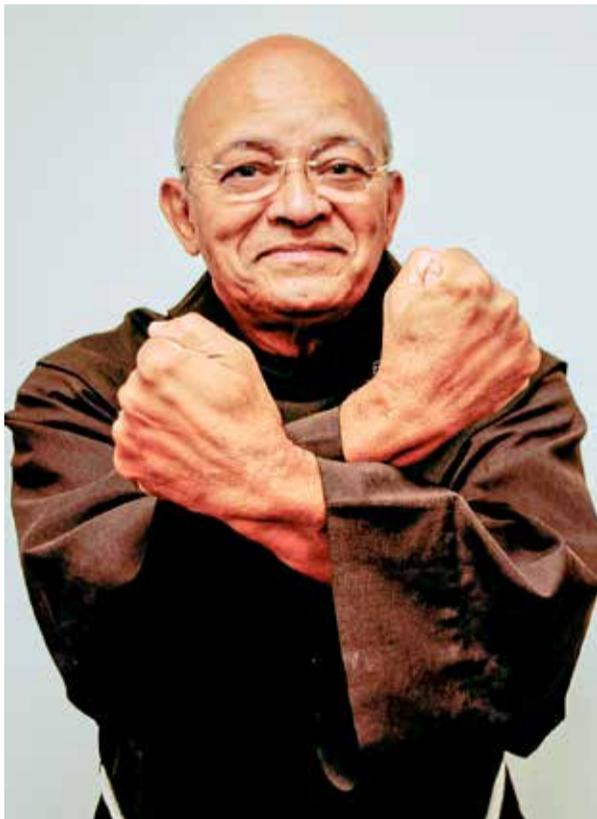
A partir de 2020, quando o Centrão passou a dominar o Congresso Nacional e o governo federal, a compra de caminhões compactadores pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e, especialmente, pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) disparou de 85 para 488 veículos.

Foto: Redes Sociais/ Reprodução



Município de Brasileira, no Piauí, recebeu um dos nove caminhões via emendas de Ciro Nogueira. O dinheiro, mais de R\$ 1,3 milhão, caiu na conta do grupo Mônaco, de Carla Denardin, amiga do atual ministro da Casa Civil, que ganhou a licitação

“Acesso à educação não pode ser privilégio”



Fotos: José Antonio Oliveira/Educafro/Divulgação

por Marcelo Menna Barreto

Mineiro do município de Nanuque, frei franciscano David Raimundo dos Santos, 69 anos, pouco fala de si. Prefere colocar em primeiro plano a Educafro, ONG de atuação nacional com sede em São Paulo, dedicada à inserção de jovens da periferia no ensino superior. Difícil, no entanto, dissociá-lo da entidade criada nos anos 1980 para sistematizar os cursinhos preparatórios ao vestibular que o Frei ministrava para as camadas mais pobres da população, em especial os afrodescendentes. “O acesso à universidade era um privilégio de poucos”, lembra. A ONG, que já colocou 100 mil jovens na faculdade e atua na inclusão de minorias no mercado de trabalho com cursos preparatórios para concursos públicos, é vanguarda em causas jurídicas pela equidade. Um exemplo é a ação civil pública que resultou na maior indenização coletiva da história do país e da América Latina para a comunidade negra no caso do assassinato de Beto Freitas, em novembro de 2020, por seguranças do Carrefour, em Porto Alegre. “Nossa ação civil pública colocou o Deus do empresariado na parede”, disse David à época. Na Paróquia Santuário de São Francisco, centro de São Paulo, em meio aos preparativos para uma viagem aos Estados Unidos, ele falou ao *Extra Classe* sobre sua trajetória e o protagonismo da Educafro nas políticas afirmativas de inclusão racial

Extra Classe – O senhor começou seu trabalho de inclusão da população negra com os cursos preparatórios para vestibulares e, em paralelo, na luta pela política de cotas. No final, qual é o sentimento de ter ajudado cerca de 100 mil jovens a atingir uma formação universitária?

Frei David Santos – Como sabemos, o Brasil, infelizmente, é perpetuador de práticas que reforçam o racismo estrutural. Estas, por sua vez, interferem no acesso da nossa comunidade afro-brasileira a cargos de poder, impactando na latente desigualdade sofrida pela maior parte da nossa população. Deveria ser de total dever dos órgãos do Estado a responsabilidade de abrir o coração e promover políticas que fornecessem soluções para tais problemas estruturais. A missão inicial da Educafro Brasil tinha por elemento central a inclusão de nossos irmãos afro-brasileiros no acesso ao ensino superior para que pudessemos iniciar o processo de erradicação dessas desigualdades. Ouso dizer que nós, enquanto entidade, vibramos com cada vitória alcançada pelo nosso povo. Mas insisto na luta para que o Brasil compreenda que não só a inserção é necessária, mas também que conservem os frutos dos movimentos que trabalharam até aqui em prol de eliminar essas desigualdades. E ainda que projetem políticas que garantam não só a permanência nesses espaços, mas também promovam outros avanços que reparem os erros da história e garantam oportunidades concretas para nossos irmãos afro-brasileiros.

EC – Como foi o seu caminho?

Frei David – Quando muito tempo atrás eu fiz uma palestra para a juventude negra, na Baixada Fluminense, com mais de 100 jovens, eu pedi: levante a mão quem de vocês vai fazer faculdade. Eu vinha de duas faculdades e, na minha cabeça, fazer faculdade era o normal de todo ser humano. Não imaginava que era possível uma pessoa jovem, seja ela pobre ou rica, não ter o sonho de fazer faculdade. Mas, só dois jovens levantaram o bra-

ço. Ali, caiu a ficha. E eu entendi qual era a minha vocação. Criar o pré-vestibular comunitário para jovens pobres poderem se preparar para disputar o espaço com os ricos e fazerem a sua faculdade. A Educafro, que há mais de 40 anos ajuda jovens pobres, em especial negros, a entrarem em universidades em todo o país não vai abrir mão dessa missão.

EC – Hoje, a Educafro oferece cursos preparatórios para concursos do Ministério Público Federal (MPF), da Defensoria, de cartórios, de magistratura, entre outros. Como se deu essa evolução?

Frei David – Para responder a essa pergunta, vou lembrar uma situação vivenciada pelas nossas irmãs e irmãos advogados negros, em novembro de 2022, em um concurso com cotas raciais que visava preencher vagas de administração de cartórios. A Educafro questionou judicialmente uma norma que teria sido discriminatória contra os candidatos pobres e negros. Aqueles que não poderiam pagar integralmente a taxa de R\$ 199,00 cobrada para inscrição tiveram menos de 48 horas para se inscrever. Os que possuíam recursos para tal, no entanto, contaram com longos 30 dias para efetuar o mesmo procedimento. O juiz do caso, em caráter liminar, determinou que as inscrições fossem reabertas de maneira que aqueles considerados hipossuficientes tivessem 10 dias corridos para preencher o formulário de participação no concurso e solicitar a isenção, apresentando a documentação que comprovasse a condição financeira prejudicada. Cenas como essa evidenciam a importância dos preparatórios para diversos concursos, atendendo às pessoas já assistidas da Educafro para o preenchimento das cotas na graduação e que agora precisam de reforço, via curso, para ingressar em vagas de alta demanda em que não se têm negros. A Educafro vai investir muito em atitudes que ampliem o acesso do negro em todos os concursos nacionais, estaduais e municipais, garantindo esse direito.

EC – O senhor já disse uma

vez que o povo negro, com seu crescente ingresso nas universidades e nos altos postos do mercado de trabalho, através das cotas nos concursos públicos, tem um grande papel na construção do novo Brasil que estaria sendo desenhado. Que Brasil é esse?

Frei David – Em uma sociedade estruturalmente racista, a Educafro busca novos mecanismos para combater essa violência direcionada à população negra. Os preparatórios para concursos do Ministério Público Federal, Defensoria Pública e Cartórios são mecanismos de capacitação para a população afro-brasileira alcançar vagas de alta demanda no cenário brasileiro para modificar a conjuntura de exclusão social existente. Acredito que essas ferramentas são formas de modificar a estrutura de um Brasil excludente. Esse Brasil precisa ser fundamentalmente um Estado que reformule suas leis em função de garantir não a igualdade e, sim, a equidade. Assim acontecendo, estaremos mexendo com a economia da nação e colocando-a com a responsabilidade de empoderar o povo afro-brasileiro.

EC – A população negra foi a que menos se inscreveu no último Enem, em especial devido às dificuldades com o estudo remoto na pandemia.

Frei David – Não podemos esquecer que, nas provas do Enem de todos os outros anos, grande parte do povo afro-brasileiro, por ser obrigado a migrar do ensino médio para o trabalho, não se inscreveu na porcentagem que deveria para disputar esta ferramenta de empoderamento que é a educação. Mas, realmente, esse contexto avassalador que nos trouxe uma pandemia mundial veio para refazer muitas formas de interações humanas e sociais. Tivemos que aprender a lidar com o novo normal.

EC – Como se deu?

Frei David – A Educafro, que já estava passando por um momento de refundação, teve que se adequar a essa situação para que nossa comunidade não ficasse para trás mais uma vez quando se fala em

acesso e inclusão. É extremamente necessário que haja uma empatia de todas as instâncias, pois a população pobre e negra, além de ser a que mais sofre as consequências da covid-19, também é a mais afetada quando falamos em novos moldes de ensino. Por exemplo, a mobilização e cobrança de organizações como a Educafro, que solicitou judicialmente a reaplicação das provas do Enem 2021, foi uma conquista importante para que nosso povo tivesse a oportunidade de fazer a prova e adentrar o mundo universitário.

O Brasil perpetua o racismo estrutural que interfere no acesso da comunidade afro-brasileira a cargos de poder

EC – O senhor afirma que há resistências às cotas raciais e que as conquistas não têm visibilidade na imprensa. Quais são esses avanços?

Frei David – A Educafro não abre mão do acesso ao sistema de cotas, como política pública nacional, não apenas nas universidades, mas em todos os concursos públicos de nível estadual, municipal e federal. A Câmara Federal e o Senado já votaram a lei. Além disso, alguns partidos de direita entraram no Supremo Tribunal Federal questionando a constitucionalidade das cotas e foram derrotados por 11 a zero. As ações afirmativas são um dos direitos mais sólidos que a comunidade negra conquistou e amplia isso em todas as áreas possíveis. Exemplo: por três anos, lutamos no Conselho Nacional de Justiça contra os presidentes de 27 Tribunais de Justiça no Brasil que não queriam adotar cotas nos concursos públicos para tabelião/cartórios. No início de 2021, conquistamos, por unanimidade, a obrigação de todos os tribunais adotarem cotas. A nossa tristeza é que a grande imprensa não está divulgando esta vitória, e, assim, poucos advogados negros e negras estão se preparando para esse que é con-

siderado o concurso mais rentável do cenário nacional.

EC – Há quem o acuse de fazer muito barulho. Como reage?

Frei David – Estamos “fazendo barulho” para sinalizar que as cotas raciais são mecanismos essencialmente importantes para pensar em pluralizar as esferas de poder. No início dos anos 2000, quando as ações afirmativas começaram a ser pensadas no Brasil, fizemos barulho potente em prol da população negra e presença constante nos debates e na imprensa. As primeiras experiências de cotas raciais começaram a ser implantadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade do Estado da Bahia (Uneb), em 2003, e na Universidade de Brasília (UnB), em 2004. Portanto, o “barulho” somado à nossa organização foi e continua sendo fundamental para as nossas conquistas.

EC – Enquanto esteve à frente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo impôs retrocessos e disseminou a ideia de vitimismo do povo negro. Como o senhor avalia condutas como essa?

Frei David – No mundo inteiro, a direita acordou, não é diferente do Brasil. Então esse rapaz, que era presidente da Fundação Palmares e que fez grandes estragos para o povo negro, fez isso de maneira calculada. Sabe que os apoiadores financeiros da campanha dele e que vão votar nele são todos de

direita e, também, são contra o direito da comunidade afro-brasileira em ter acesso às oportunidades. Portanto, ele está jogando de maneira prevista, uma vez que só quer voto da direita por não estar disputando o voto da esquerda. Isso, bem como o lançamento da campanha em São Paulo, é uma maneira estratégica baseada em dados estatísticos. A direita sabe que o público que tende a votar nele está organizado de forma mais concentrada nesse território.

EC – O senhor seguiu a vida religiosa porque queria ajudar os pobres sem ser classificado pela ditadura como comunista. Mas hoje, nem o Papa escapa desse rótulo quando defende os pobres...

Frei David – Não imaginava que seria possível uma pessoa jovem negra, pobre não sonhar em cursar uma universidade, mas numa palestra que fiz na Baixada Fluminense, compreendi que a educação no Brasil é privilégio. Nesse sentido, pensar a educação para todos é um direito inalienável, que não pode ser classificado como pensamento comunista ou socialista, mas sim como norma fundamental da Constituição Federal para todos, sem distinção de qualquer natureza. Essas garantias são bases também do modo de vida franciscano.

EC – Qual é o objetivo da sua viagem aos Estados Unidos?

Frei David – Está inserida em um programa maior de solidariedade entre o negro brasileiro e o negro norte-americano, voltado para as ações jurídicas. Queremos, então, partilhar as várias inovações e teses jurídicas que a Educafro abriu. Teses que nem nos Estados Unidos, nem na América Latina foram trabalhadas como nós trabalhamos. São teses que estão operando vitórias para a população afro-brasileira. Queremos discutir e ampliar com os norte-americanos essas possibilidades. Também abrimos no Brasil ações contra empresas transnacionais e estamos construindo um diálogo com o objetivo de acelerar a equidade, a diversidade, o empoderamento e a oportunidade para a população afro-brasileira.

EC – Que teses?

Frei David – A morte de um só negro, vítima de racismo, não constitui um dano jurídico apenas para aqueles que dele dependiam, mas um abalo jurídico para toda a sociedade. Foi assim que construímos um acordo histórico com o Carrefour – a ação civil pública que resultou na maior indenização coletiva da história do país e da América Latina para a comunidade negra em decorrência do assassinato de Beto Freitas, em novembro de 2020, por seguranças do Carrefour, em Porto Alegre. O MPF homologou um Termo de Ajuste de Conduta com a empresa no valor de R\$ 15 milhões. Uma empresa pode ser responsabi-

O Estado deve reformular suas leis para garantir a equidade e empoderar o povo afro-brasileiro, que é a maioria

lizada por instituir um ambiente de trabalho racista, tal como afirmamos contra o Atakarejo, supermercado da Bahia que entregou para grupos criminosos, milicianos, em mais de uma ocasião, jovens negros acusados de tentar praticar furtos naquele estabelecimento comercial. Outra questão central para nós, a responsabilização civil por danos coletivos decorrentes do racismo é imprescritível. Estamos nos preparando para apresentar essa tese pela primeira vez perante o Poder Judiciário.

EC – Teve uma ação contra a Ável Investimentos, credenciada da XP, por apresentar uma foto de seus funcionários, em sua maioria homens brancos, poucas mulheres e nenhuma pessoa negra.

Frei David – Sim. A livre iniciativa não dá aos empregadores o direito de fazer contratações excludentes, que não levem em conta a diversidade brasileira. Foi o que afirmamos nos processos contra a Ável e a XP. A Ável, após uma primeira audiência de conciliação sem acordo, mudou de postura e apresentou ao processo um plano de diversidade para 2022.

CHEGOU SUA VEZ DE FAZER O QUE SEMPRE DISSE AOS SEUS ALUNOS:

NÃO TENHA MEDO DE PERGUNTAR.

A Cainelli Advogados é uma assessoria jurídica especializada para professores e que oferece consultas gratuitas aos associados SINPRO/RS.

Veja as áreas de atuação disponíveis para você:



Direito Previdenciário

Esclarecimento de dúvidas, cálculo previdenciário, análise de opções, encaminhamentos ao INSS, revisão de benefícios e atuação no ajuizamento de concessão, manutenção e revisão de benefícios.



Direito do Trabalho

Consultas, reconhecimento de vínculo, verbas rescisórias, rescisão indireta, ações indenizatórias, horas-extras.

AGENDE SUA CONSULTA GRATUITA AGORA!

REMOTO OU PRESENCIAL  5198060.3579

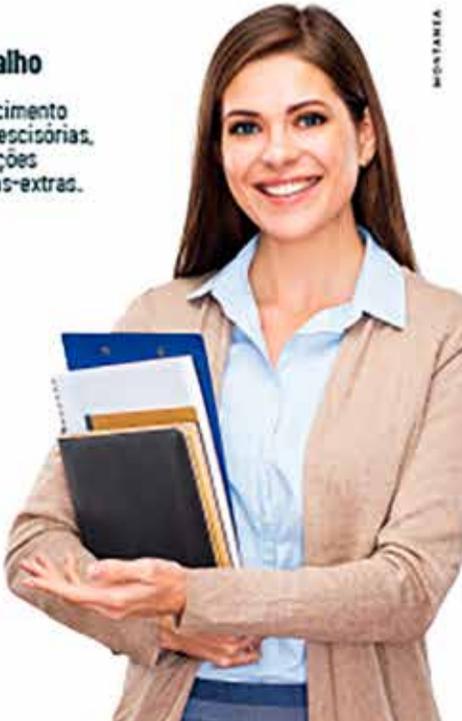


CAINELLI

ADVOGADOS

AO SEU LADO,
POR SEUS
DIREITOS.

 PORTO ALEGRE/RS
  BENTO GONÇALVES/RS
  cainelladvogados.com.br



Que falta faz uma Ipanema FM

A expressão ouvida aqui e ali, nas redes e nas ruas, retrata além de uma saudade. É uma espécie de lamento pelo fim e por tudo o que significou a rádio, que começou a operar em 1983 em Porto Alegre, na frequência 94.9, mas que começou a ser gerada ainda na Bandeirantes FM 99.3 no ano de 1980, na Rua José Bonifácio (Rua do Brique), mesma época em que surgiam o bar Ocidente na Osvaldo Aranha, o Escalder no mercado da Redenção, ou seja, no Bom Fim, o bairro marcado por uma intensa vida cultural e boêmia desde os anos 1970.

Neste cenário, surgia a rádio Bandeirantes, que depois virou Ipanema já no Morro Santo Antônio, no complexo da antiga Difusora. A história já está contada em algumas publicações, como no meu livro *Prezados Ouvintes – Histórias do rádio e da Pop Rock* (Artes & Ofícios, 2001), na obra da Katia Suman, *Os diários secretos da rádio Ipanema FM* (Besouro Box, 2019), entre outros textos acadêmicos.

A coisa toda surge em conversas com o conterrâneo Nilton Fernando em nosso sonho juvenil de fazer uma rádio “diferente” de tudo, quando eu ainda morava em Cachoeira do Sul e ele já atuava na rede Bandeirantes em São Paulo. Durante todos esses (mais de 40) anos que estou envolvido com o rádio FM em Porto Alegre, ouço sempre referências à importância da Ipanema na vida das pessoas que foram jovens ou nem tanto nos anos 1980 e 1990 especialmente.

A Ipanema transformou, informou, formou musical, cultural, politicamente toda aquela geração. A força do que foi a Ipanema e todo esse trabalho até hoje aparecem em depoimentos de ouvintes a todos que integraram a equipe da rádio: “Vocês moldaram o meu gosto musical”, “Me deram uma consciência política”, “Foram os meus amigos através do rádio”. E isso não é pouco.

Um taxista que encontrei na saída do bar Ocidente, quase às seis da manhã, o sol já nascendo após

mais uma festa *Boys don't cry*, me conta que era ouvinte da Ipanema e, mais ainda, ouvinte da Bandeirantes FM, a rádio pré-Ipanema. Citou programas, entrevistas, momentos importantes das rádios. Paramos em frente ao meu prédio e seguimos conversando. Parecia um grande amigo que eu não via há muito tempo e não nos conhecíamos.

Em uma visita ao Nilton, junto com o Reinaldo Portanova, do Relicário do Rock Gaúcho, recebemos dele várias fitas de rolo (se o prezado leitor não entendeu o que seja, pode conferir na internet). Ali está a gravação do dia em que entrevistei o Hermeto Pascoal na Ipanema FM. Ele e a banda toda saíram do estúdio tocando pelos corredores, tudo transmitido ao vivo; uma entrevista com o Fernando Gabeira que não foi gravada, e tantas outras; o abaixo-assinado, pedindo a reabertura do auditório Araújo Vianna fechado havia anos, que mobilizou a cidade inteira. Entregamos ao então prefeito Alceu Collares as pilhas de folhas com assinaturas, e o Araújo reabriu. Fizemos show de reabertura e tudo.

Em uma fita-cassete dos meus guardados, a entrevista com o Ian Gillan, vocalista do Deep Purple, quando ele veio a Porto Alegre fazer um show do seu trabalho solo no Araújo Vianna. Conversamos um bom tempo num sábado à tarde rolando músicas dos discos e ele atendendo aos fãs que subiram o morro para se encontrar com o ídolo. A gravação do comício das *Diretas Já* no centro da cidade, que transmitimos ao vivo durante horas e cuja gravação o mencionado Reinaldo também conseguiu.

Que rádio faria essas coisas juntas, com conteúdos tão distintos e particulares e, além disso, tocando uma programação musical diferenciada e pautada pela novidade, pelo som clássico e valorizando o lado cultural das coisas?

É fácil de entender a pergunta, porque não surgiu outra rádio que conseguisse suprir essa falta. A falta de uma Mary Mezzari comen-

tando cinema e rodando Prince. A falta de um Cagê rodando John Lee Hooker, a Katia e o *Talk Radio*, o Barão e as “véia” do rock. O Victor Hugo e as notícias quentes da manhã, o Jimi Joe e as modernidades, a Nara Sarmiento e o rock argentino, o Nilton e o “vamo nessa, moçada”, o Edu Santos rodando o Bob Marley de cada dia. É comum perguntarem se a Ipanema pode voltar.

Como diz a música do Sangue Sujo, banda gaúcha dos anos 1980, “Jesus Cristo vai voltar, aleluia”. Talvez surja um dia uma rádio que tenha o espírito da Ipanema. Um espírito libertário, aberto a todas as tendências musicais, posicio-

nada em relação às questões ambientais, sociais e políticas. Que apoie as diversidades musicais e as diversidades em geral. Isso não dá pra desacreditar, porque seria o mesmo que não ter esperança. Olhando o cenário cultural do país e do nosso estado, isso vai ficando apenas como um sonho. Sonhar não custa nada, como diz a canção do Kevin Johansen. Porque a Ipanema, aquela Ipanema, não voltará. “Que tempo bom, que não volta nunca mais” (Thaíde e Dj Hum). E já que estamos nas citações musicais, uma de Cazuzza: “O tempo não para”. Não vamos repetir o passado, mas que a Ipanema faz falta, ah isso faz.



Borba entrevista Ian Gillan, do Deep Purple: “Os fãs subiram o morro para se encontrar com o ídolo”



O trio que criou a Ipanema: Nilton Fernando, Mary Mezzari e Mauro Borba



Foto: Leonardo Contursi/OMPA

A capital gaúcha, que já teve uma das melhores frotas da América Latina, perde passageiros pela falta de qualidade dos serviços e por ter uma das tarifas mais caras do país

Transporte público de Porto Alegre à beira do caos

por Flávio Ilha

Pressionado pela segunda tarifa mais cara do país aliada à crescente precarização do serviço, o transporte público de Porto Alegre está diante de um dilema: ou encontra soluções para retomar a relevância de duas décadas atrás, quando já foi considerado o melhor sistema rodoviário de passageiros da América Latina, ou ruma para o caos. Dados da própria prefeitura revelam que, desde meados de 2015, o fluxo de passageiros caiu cerca de 30% na capital

E não se trata de preço, pois, desde fevereiro de 2021, a tarifa em Porto Alegre está congelada nos R\$ 4,80 – valor que só perde para os R\$ 5,50 praticados em Brasília entre todas as capitais brasileiras. O reajuste foi cancelado em abril por um decreto do prefeito Sebastião Melo (MDB), que também alterou a base de cálculo para a remuneração das empresas. As transportadoras de passageiros reivindicavam uma tarifa de R\$ 6,65. A diferença está sendo bancada pela prefeitura.

O secretário de Mobilidade Urbana de Porto Alegre, Adão de Castro Júnior, diz que a manutenção da tarifa faz parte do progra-

ma *Mais Transporte*, que busca garantir a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro do sistema. Ele citou as recentes medidas do governo, como a retirada paulatina de cobradores, a redução do passe livre e das gratuidades, além da privatização da Carris, como mecanismos de equilíbrio. A centenária empresa pública de transporte deve ser vendida até dezembro.

O aporte de recursos da prefeitura para cobrir o déficit do sistema de transporte coletivo foi de R\$ 110 milhões em 2020, sendo R\$ 40 milhões para as empresas e R\$ 70 milhões para a Carris. Ao longo de 2021, conforme o município, foram apor-

Foto: Mateus Raugust/PMPA



Castro quer privatização da Carris até dezembro para a estatal. Isso representa cerca de 12% do custo de operação do sistema.

tados R\$ 108 milhões, divididos em R\$ 43 milhões para as concessionárias privadas e R\$ 65 milhões

Caos já é realidade para usuários

Além de manter o valor da tarifa, a prefeitura também anunciou em abril aumento de 20% na oferta de viagens – serão mais 19 linhas, 109 ônibus, 2.163 viagens por dia e 52,6 mil quilômetros rodados a mais por dia. Dados apresentados pela prefeitura apontam que, em abril de 2020, no início da pandemia, eram transportados 227.504 passageiros por dia na capital. Em 2019, antes da pandemia, esse número era de 801.029 pessoas.

A prefeitura, além disso, implantou um novo modelo de cálculo tarifário utilizando custo por quilômetro rodado (anteriormente, era por volume de passageiros), com base na projeção do custo do sistema para o ano vigente. A mudança foi acertada em conjunto com as empresas, mas sem a participação do Conselho Municipal de Transportes Urbanos (Comu). O risco do novo modelo é

gerar subsídios cada vez maiores por parte da prefeitura, no sentido de que a fiscalização sobre a quilometragem precisa ser muito rigorosa.

“Quando a remuneração é por passageiro, os dados das roletas cobrem praticamente 100% do sistema, as quebras são inexpressivas. Quilometragem, não. É preciso fiscalizar muito bem a quantidade e a qualidade das viagens, pois as empresas podem muito bem oferecer novos horários e trajetos em detrimento das necessidades dos usuários apenas para lucrar com o modelo”, pondera Luis Antonio Lindau, do instituto de pesquisas com vistas à sustentabilidade WRI Brasil. O especialista explica que, com esse sistema, as empresas tendem a pressionar a municipalidade para expandir linhas, sem se preocupar com a sustentabilidade.

O caos, para quem usa o sistema de transporte, já é uma realidade. A frota porto-alegrense, que já teve mais de 1,7 mil veículos, hoje mal chega aos mil ônibus. Desses, 54% têm dez ou mais anos de uso, conforme a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC). Ou seja, terão de ser trocados em curto prazo, uma vez que a lei limita o uso até 14 anos. Em torno de 10% deverão ser substituídos até o final de 2022. Pelo contrato de concessão, parte da tarifa deve ser destinada à renovação da frota. Porém, a redução no volume de passageiros, agravada pela pandemia do novo coronavírus, fez com que as empresas deixassem de investir.

“Porto Alegre vive um retrocesso muito grande, especialmente na área do transporte de passageiros. A Associação dos Transportadores de Passageiros

(ATP) manda na cidade há muitos anos”, diz o vereador Pedro Ruas (PSol). Para ele, as alterações promovidas pela prefeitura caminham na direção de benefícios cada vez maiores às empresas, não aos usuários. “Mesmo que a tal nova oferta de linhas se concretize, ainda assim não chegaremos a 70% da oferta que havia em 2019”, projeta.

O gerente de planejamento da EPTC, Flávio Tumelero, informa que a idade média da frota em Porto Alegre é de nove anos. Uma década atrás, a idade era de cinco anos. “É óbvio que quanto mais velha for a frota, menos conforto e mais danos vai acarretar aos usuários. A frota está defasada, essa é a verdade”, reconhece. Não fosse por uma lei de 2016, a qual estendeu a vida útil dos veículos na capital de dez para 14 anos, o sistema estaria à beira da falência.

Foto: Fabrício Motta/Embarq Brasil/Divulgação



Remuneração por quilômetro pode favorecer expansão de forma insustentável, alerta Lindau

Foto: Gabriel Ribeiro/CMPA



Ruas, com a vereadora Fran Rodrigues: “A ATP manda na cidade há muitos anos”

Opção pelo modal rodoviário

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 89% dos brasileiros que usam transporte público dependem do modal rodoviário. Estima-se que mais de 170 milhões de pessoas utilizem ônibus urbanos diariamente no país. O Brasil, de acordo com o Ipea, está na 55ª posição das nações com o bilhete mais caro do mundo. Considerando todas as cidades brasileiras, a população paga, em média, R\$ 4,10 para se deslocar de ônibus pelas vias urbanas. A situação ainda pode piorar: nos últimos 12 meses, o preço do diesel acumulou alta de 65% nos preços, conforme dados do IPCA-Amplio medido pelo IBGE.

O engenheiro Antônio Lovatto, diretor técnico da ATP, diz que o sistema só para em pé com a ajuda do governo federal. "Houve medidas de redução de custo com pessoal, e as empresas deixaram de pagar ou repactuaram dívidas com impostos durante a pandemia. Sem isso, a dificuldade seria ainda maior", explica. De acordo com o diretor, o custo mensal do sistema chega a R\$ 65 milhões.

Lovatto admite, entretanto, que o serviço perdeu qualidade na medida em que as empresas deixaram de investir os 10% previstos em contrato para a aquisição de novos ônibus. "A frota envelheceu", reconhece – o que, de fato, acaba impactando negativamente o sistema como um todo. Mas, conforme ele, a remuneração por quilômetro rodado

tende a melhorar a operação. "É o modelo mais praticado no mundo. Em outras capitais, como São Paulo, Curitiba e Recife, é adotado há mais tempo e o resultado é uma renovação regular da frota", completa.

Em maio, a prefeitura sugeriu em audiência pública virtual que a Carris, que opera 24 linhas de ônibus em Porto Alegre, seja vendida por R\$ 125,8 milhões – dos quais R\$ 10 milhões no ato da compra e o restante em um prazo de 14 anos. As parcelas mensais seriam de R\$ 690 mil. O valor é menor que o faturamento anual da empresa, da ordem de R\$ 168 milhões.

O presidente estadual da CUT, Amarildo Pedro Cenci, argumenta que o alegado prejuízo da companhia faz parte de uma campanha deliberada para justificar a venda. Para ele, o interesse do setor privado na empresa é grande, pois a Carris tem algumas das linhas mais rentáveis da capital.

"A prefeitura tem concedido subsídios, de forma injusta e inadequada, às empresas de transporte coletivo de Porto Alegre, incluindo a Carris, enquanto deveria implantar uma política pública para os usuários, e não para os transportadores. A Carris faz parte desse desenho oportunista e criminoso de privatizar aquilo que deveria ser público e de qualidade, como o transporte urbano", defende Cenci.



As empresas deixaram de investir os 10% previstos em contrato para a aquisição de novos ônibus: a frota envelheceu, reconhece Lovatto, da ATP



Cenci, da CUT-RS, critica subsídios às empresas privadas e privatização da Carris: "Projeto oportunista e criminoso"

Novo App do Sinpro/RS

Mais prático, mais completo, muito mais do seu jeito.

Baixe ou atualize o seu

GET IT ON Google Play | Download on the App Store

- ESPAÇO DO PROFESSOR
- NOTÍCIAS
- CONVÊNIO
- SALÁRIO CERTO
- RANKING SALARIAL
- BANCO DE CURRÍCULOS

SINPRO/RS Sindicato Cidadão



A guerra de Bolsonaro e do Estado brasileiro contra os povos indígenas

A MP 870, que transferiu a demarcação de terras indígenas da Funai para o Ministério da Agricultura – chefiado por uma liderança do agronegócio –, deu início à violação massiva de direitos, de destruição dos territórios pelo agronegócio e pela mineração, e ao extermínio físico dos povos originários



Foto: Edgar Kanayki / Cobertura Colaborativa / Apib

“Funai teve seus princípios de proteção à vida e aos territórios dos povos indígenas esvaziados”

No dia 15 de abril de 1998, o então deputado federal Jair Bolsonaro afirmou: “A cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a norte-americana que dizimou seus índios no passado e hoje não tem esse problema em seu país”. Eleito presidente da República, vinte anos depois, em 2018, Bolsonaro começou a colocar seu discurso racista e genocida em prática.

No primeiro dia de seu governo, editou a Medida Provisória 870, retirando da Fundação Nacional

do Índio (Funai) a atribuição de demarcar os territórios dos povos indígenas, transferindo-a para o Ministério da Agricultura, que passou a ser chefiado por uma liderança do agronegócio brasileiro, a ministra Teresa Cristina.

Começou aí um processo de violação massiva de direitos dos povos indígenas, de destruição de seus territórios pelo agronegócio e pela mineração, e pelo extermínio físico dos povos originários.

Na prática, o Estado brasileiro declarou guerra aos povos indígenas,

uma guerra que segue em curso.

Essa realidade foi objeto, no final de maio, de uma nova denúncia internacional.

A Comissão Arns, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Coalizão Negra por Direitos e a Internacional de Serviços Públicos denunciaram, na abertura da 50ª sessão do Tribunal Permanente dos Povos (TPP), no dia 24 de maio, o governo de Jair Bolsonaro pela prática de crimes contra a humanidade nos últimos dois anos, ao longo da pandemia da covid-19.

O TPP é um tribunal de opinião dedicado aos direitos dos povos, com sede em Roma, na Itália. Foi criado em 1979 e é herdeiro do Tribunal Russell, constituído em 1966 para investigar crimes e atrocidades cometidos na guerra do Vietnã.

As acusações se referem aos crimes cometidos pelo presidente contra povos indígenas, população negra e profissionais de saúde durante a pandemia e, também, ao caráter autoritário da condução do governo ao longo da crise dos últimos anos.

Violência histórica

Maurício Terena, advogado da Apib, fez uma retrospectiva dos crimes já praticados contra os povos originários e como eles se intensificaram com Bolsonaro:

“O Estado brasileiro, desde sua fundação, foi extremamente violento com os povos originários desta terra. Fomos chamados de selvagens, incapazes e preguiçosos. Nossas mulheres foram estupradas, nossas crianças sugadas por dragas de garimpo ilegal, o mercúrio contaminando nossos corpos, invasão de terras indígenas, negativa de atendimento médico para indígenas em terras não homologadas, instauração de inquéritos policiais para criminalizar as lideranças que defendem nossos territórios, genocídio de povos isolados, ataques de pistoleiros. Estamos sendo mortos no campo desde que este país de Pindorama passou a se chamar Brasil”.

Maurício Terena destacou como a Funai teve seus princípios de proteção à vida e aos territórios dos povos indígenas esvaziados e a participação do então juiz Sérgio Moro neste processo. “Eleito com a promessa de não demarcar nenhum centímetro de terra indígena, Bolsonaro cumpriu-a desde o primeiro ano, uma vez que o Ministério da Justiça e Segurança Pública, chefiado pelo ministro Sérgio Moro, devolveu à Funai 17 processos administrativos de demarcação de terras que estavam prontos para terem seus procedimentos encaminhados a fim da homologação demarcatória.”

Conivência e imobilismo

Essa não é a primeira acusação feita contra Bolsonaro em tribunais e instituições internacionais. Em 2020 e 2021, o Tribunal Penal Internacional já recebeu outras denúncias semelhantes, sem resultado prático até aqui. A conivência e o imobilismo de outras instituições do Estado e da sociedade vêm deixando Bolsonaro de mãos livres para seguir implementando a promessa feita em 1998: “dizimar os índios”, como os Estados Unidos fizeram no passado.

Coordenador da regional Sul do Conselho Indigenista Missionário (Cimi Sul), Roberto Liebgott lembra que o presidente da República não está fazendo isso sozinho, pois conta com a cumplicidade de outras instituições do Estado: “Não fazem às escondidas, não buscam enganar ninguém e agem para demonstrar que, agora, quem manda e dita as normas são eles, grupos de criminosos amparados pelo Estado e suas estruturas de governança, desde o Executivo, passando pelo Legislativo e aninhando-se em gabinetes do Judiciário”. E nós todos seguimos olhando impotentes e passivos para essa guerra declarada pelo Estado brasileiro contra os povos originários desta terra.



O Congresso Nacional que assinalou o Dia Internacional de Combate à LGBTfobia, em 17 de maio, é o mesmo que interdita a pauta de direitos da população LGBTQIA+ desde 1988

Foto: Elaine Menker / Câmara dos Deputados

Brasil é, há 13 anos, o país que mais mata pessoas trans no mundo. A pesquisa *Trans Murder Monitoring (TMM)*, realizada pela ONG Transgender Europe, mostra que, dos 4.042 assassinatos registrados desde 2009, 1.549 (38,2%) foram no Brasil.

Só em 2021, houve 300 mortes violentas envolvendo a população LGBTQIA+, uma a cada 29 horas. Esse dado é 8% maior que o do ano anterior, de acordo com o Relatório Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil, do Grupo Gay da Bahia (GGB).

No entanto, esses números não são suficientes para os parlamentares brasileiros se atentarem às demandas dessa população. Desde 1988, ano da redemocratização do país e da promulgação da Constituição Federal, somente um projeto de lei voltado para a comunidade LGBTQIA+ foi aprovado no Congresso Nacional – dominado por bancadas conservadoras que barram a pauta das minorias em geral.

“Temos no Congresso um grupo de parlamentares muito conservador, que acaba não discutindo esse tema. Eles querem discutir pelo viés da religião, o que fere inclusive o Estado Laico”, explica Toni Reis, diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI+.

Hoje, há cerca de 50 projetos que contemplam a causa LGBTQIA+ tramitando no Congresso Nacional. Nas Assembleias Legislativas, existem aproximadamente 45 projetos aguardando análise. Os dados foram levantados pelo sistema Jota Pro Tracking, o qual monitora as medidas tomadas pelos poderes Legislativo e Executivo.

Ativista da causa LGBTQIA+ desde 1980, Reis lembra também que a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Juventude e o Estatuto da Pessoa com Deficiência citam a questão da orientação sexual. Contudo, não há legislação específica que assegure os direitos dessa comunidade.

Por que o Congresso barra a pauta LGBT

por Douglas Glier Schütz

Estagiário de Jornalismo, com supervisão e edição de Gilson Camargo.

O país que mais mata pessoas trans em todo o mundo é o que elege os parlamentares mais transfóbicos e refratários aos direitos das minorias. Desde 1988, apenas um projeto de lei voltado para os direitos LGBT foi aprovado no Congresso Nacional. Os avanços só foram conquistados via Poder Judiciário

Conquistas na esfera judicial Bancada evangélica

Todas as vitórias da causa LGBTQIA+ ocorreram via Supremo Tribunal Federal (STF) ou Conselho Nacional de Justiça (CNJ), segundo Reis. Apesar de não ser lei, em 2011 o STF garantiu o direito de união estável para uniões homoafetivas e, em 2013, o CNJ assegurou a “celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo”. Esse reconhecimento como “entidade familiar” também possibilitou a adoção de crianças por casais homoafetivos.

Além dessas conquistas, as questões de retificação de nome e gênero para a população trans, a possibilidade de doar sangue e a liberdade de cátedra – para que possam ser discutidos os temas de diversidade sexual dentro das escolas – também foram contempladas, nenhum delas via lei, todas por meio do STF. “O órgão também garantiu que a LGBTfobia seja considerada racismo, até que o Congresso Nacional se posicione sobre o caso”, informa o presidente da Aliança Nacional LGBTI+.

Invisíveis para o Censo

A construção de políticas públicas se torna um problema ainda maior quando não existem dados disponíveis sobre essa população. O Censo de 2022, que se inicia no dia 1º de agosto, mais uma vez, não trará dados sobre a população LGBTQIA+.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), coletar essas informações é incompatível com a metodologia utilizada. Em nota, o órgão informou que essa decisão se dá pelo “caráter sensível e privado da informação”. Conforme o IBGE, “perguntas sobre orientação sexual de um determinado morador só podem ser respondidas por ele mesmo”.

Após ser acionado na Justiça pelo Ministério Público Federal (MPF), pela falta desses dados no Censo 2022, o IBGE divulgou, pela primeira vez, no dia 25 de maio, informações sobre a orientação sexual da população. Segundo o MPF, essas questões são fundamentais para a criação de políticas públicas voltadas a essa comunidade.

As informações fazem parte da Pesquisa Nacional em Saúde e estão disponíveis onze anos após a instituição da Política Nacional de Saúde Integral LGBT – que tem como um dos objetivos a construção de mais equidade no SUS. Os dados foram coletados em 2019 e levam em consideração o perfil de pessoas maiores de 18 anos.

Maioria minorizada

Toni Reis vê no Congresso Nacional um reflexo da sociedade, que é repleta de discriminação e preconceito. “Temos parlamentares que são contra os direitos humanos, direitos de negros e negras, contra as mulheres, contra indígenas e contra a nossa comunidade no Congresso. Temos de 20% a 30% de parlamentares a favor da população LGBTQIA+, mas ainda somos minoria”, afirma Reis.

Senador mais votado do país em 2018, Fabiano Contarato (PT/ES) é uma das vozes da comunidade LGBTQIA+ no Congresso. O parlamentar acredita na política como avanço civilizatório, mas afirma que não existe uma solução rápida ou imediata para acabar com qualquer tipo de preconceito. “São necessárias políticas estruturadas nas áreas da educação, saúde, economia e segurança. O Congresso precisa avançar e assumir o papel de que há muita negligência para consagrar proteções e direitos LGBTQIA+ no ordenamento brasileiro”, argumenta.

Para garantir o debate dentro do Congresso, Contarato faz questão de apresentar projetos que foram concebidos para beneficiar toda a comunidade LGBTQIA+ no país. Entre as propostas, há um projeto de lei complementar que destina recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para o desenvolvimento de ações destinadas a combater o preconceito e a discriminação motivados por orientação sexual e identidade de gênero.

A primeira vitória no Congresso aconteceu no dia 4 de novembro de 2021 com a aprovação do Projeto de Lei nº 2353, de Contarato. A proposta “proíbe a discriminação de doadores de sangue com base na orientação sexual”. Na ocasião, o senador declarou que a Casa Legislativa parece não estar no século 21, mas sim “discutindo pautas do período medieval”.

Para que mais projetos avancem, Toni Reis conta que houve uma mudança de estratégia na abordagem. “Hoje, dialogamos com todos os parlamentares, in-



Reis, da Aliança Nacional LGBTQI+ lembra que o Congresso mantém parlamentares históricos contra os direitos das minorias

clusive aqueles que são contrários à pauta. Nas eleições de 2022, queremos aumentar a nossa frente parlamentar e conseguir aprovar os projetos que dizem respeito à nossa comunidade”, finaliza.

Contarato também explica que a visibilidade LGBTQIA+ é de

extrema importância para jovens que são expulsos de casa por conta da sua orientação sexual. “É necessário que eles entendam que podem fazer parte desse processo como protagonistas, e não como majorias minorizadas pela opressão estrutural”, sentencia.

AMBIENTE



Orla do Rio Grande do Sul: refúgio para a vida marinha



Foto: Maurício Tavares/ Ceclimar/ Divulgação

por Cristina Ávila

A não ser pela Barra de Tramandaí e pela desembocadura da Lagoa dos Patos, em Rio Grande, o litoral do Rio Grande do Sul é uma linha reta que se perde no horizonte por 610 quilômetros. Desde a foz do Rio Mampituba, na divisa com Santa Catarina, até o ponto em que o Arroio Chuí devolve ao Oceano Atlântico suas águas pantanosas, na fronteira com o Uruguai, extremo-sul do Brasil, a costa oceânica no estado apresenta trechos ininterruptos de praias que chegam a 220 quilômetros. Um habitat que combina características de clima tropical e temperado, com influência de águas quentes e frias oriundas do norte e do sul do continente, que abriga ampla diversidade de espécies da fauna marinha em seus ciclos de vida migratória

Este mar, que até no verão se pinta de marrom-escuro pela incidência de algas e sedimentos provocados por chuvas e marés, alimenta bandos de pinguins-de-magalhães, nascidos na costa gélida da Argentina. Chegam no litoral gaúcho em seu primeiro ano de vida atrás de cardumes de anchóitas. Os peixinhos semelhantes a sardinhas são abundantes na faixa litorânea entre o Rio Grande do Sul e o Espírito Santo.

A ocorrência dessas aves marinhas na costa do estado é significativa das peculiaridades desta

paisagem de aparente monotonia, mas que, na realidade, é um dos ricos ecossistemas marinhos do planeta.

“Não se sabe quantos pinguins-de-magalhães chegam aqui em busca desse alimento, todos os anos no inverno, mas acredita-se que sejam alguns milhares, muitos deles provavelmente oriundos das maiores colônias reprodutivas da espécie localizadas em Punta Tombo, na Patagônia Argentina, e nas Ilhas Malvinas (Falkland). Nesses dois locais, as colônias somam quase 1 milhão de casais

de indivíduos”, explica o biólogo Maurício Tavares, do Centro de Estudos Costeiros Limnológicos e Marinhos (Ceclimar), unidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), com sede em Imbé. Os pinguins se alimentam perto da costa, mas, ao contrário dos lobos e leões-marinhos, nunca descansam em terra.

Outros animais marinhos também são atraídos ao litoral gaúcho em determinadas estações do ano, seja em busca de alimentos, para se reproduzir ou cumprir fases de vida antes de seguir em

suas rotas de migração. Um exemplo são as tartarugas, vindas com as correntes marinhas aquecidas da primavera e do verão.

Especialista em vida marinha, a bióloga Camila Thiesen Rigon, da Ufrgs, estudou as tartarugas verdes que estão ameaçadas de extinção. Segundo ela, esses animais permanecem no litoral do Sul para se alimentar de algas e peixes somente no período de transição para a vida adulta, quando se tornarão herbívoros, e depois seguem para outras regiões da costa brasileira para se reproduzir e desovar.

Berçário e rota migratória da vida marinha

O Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos, a menor unidade de conservação marinha federal do país, com 142 hectares, a 2 quilômetros da praia de Torres, é local de descanso e banho de sol para espécies de mamíferos e de aves, hoje perturbadas pela visita de surfistas e visitantes de barcos e motos aquáticas.

“Em todo o Atlântico Sul Ocidental, o Rio Grande do Sul tem a maior concentração de espécies de baleias e golfinhos, desde a linha do Equador até a Antártica. Temos cerca de 80% das espécies que ocorrem na costa brasileira”, relata Tavares.

Com doutorado em pesquisa sobre deriva no mar, encalhe e de-

composição de animais encontrados na praia, o biólogo monitora praias entre Torres e Quintão, em uma área de aproximadamente 120 quilômetros de litoral. Essa é a sua rotina semanal há 23 anos.

Ele ressalta que o litoral gaúcho é um dos ecossistemas mais diversos do continente, marcado por visitas de animais de climas tropicais e temperados, que utilizam as correntes marinhas do sul do país em suas rotas migratórias.

Também aparecem no mar gaúcho três espécies de lobos-marinhos, o leão-marinho-do-sul, várias espécies de cetáceos, como a toninha, o boto-da-barragem e a maior das baleias dentadas, a cachalote. Foi inspirado nessa espécie que o

Foto: Paulo Torres / ICMBio



Refúgio de leões-marinhos-do-sul (*Otaria flavescens*), machos adultos na sua maioria, na Ilha dos Lobos, em Torres

escritor norte-americano Herman Melville criou, no início dos anos

1950, a mítica personagem central do romance *Moby Dick*.

A pluma do Prata

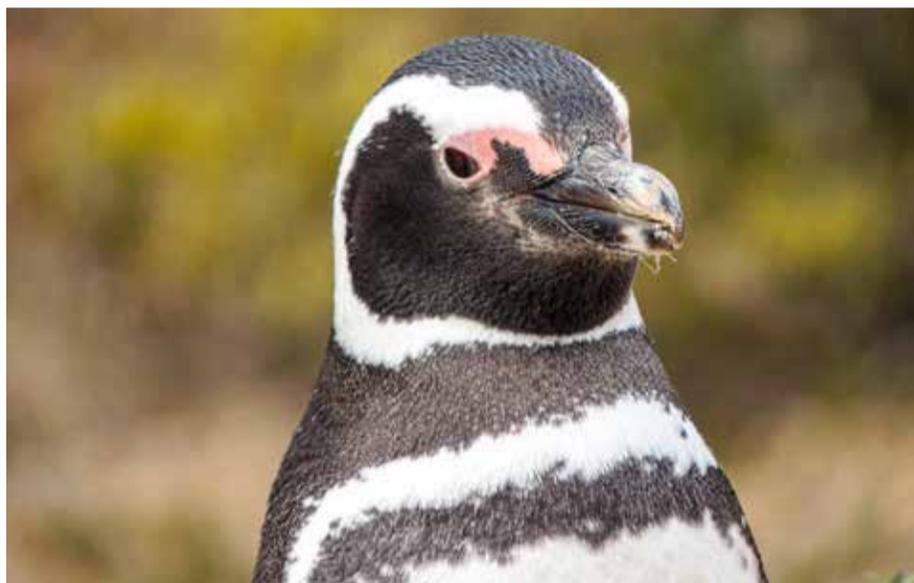


Foto: Cristina Ávila

Pingüim-de-magalhães, espécie abundante na costa gaúcha, onde chegam no primeiro ano de vida atrás de cardumes de anchóitas

“Este é um dos ambientes oceânicos mais complexos que existem, pois, em poucos lugares do mundo, tantas águas de origens diferentes interagem”, confirma o professor Osmar Möller, do Instituto de Oceanografia da Universidade Federal de Rio Grande (Furg). Ele ressalta que a Água da Pluma do Rio Prata tem grande impacto no ecossistema. A “pluma” é a superfície que se forma de água doce, mais leve que a marinha e de baixa salinidade. A Bacia do Prata é formada pelos rios Paraná, Uruguai e Paraguai, os quais recebem contribuições de nascen-

tes desde a Bolívia até Brasília.

Möller explica que as águas saem do Prata já misturadas com Águas Subantárticas da Plataforma Argentina e se propagam em direção nordeste no outono e inverno, empurradas por ventos sudoeste. Formam, assim, a Corrente Costeira Brasileira ou Corrente de Rio Grande, alcançando mais de mil quilômetros da desembocadura do rio. Na primavera e no verão, são forçadas a se manter ao Sul. Águas argentinas fazem parte da Corrente Patagônica, cujo limite ao Norte é a latitude da cidade de Rio Grande.

Caldo de algas e plâncton

Essa complexa natureza tem outras contribuições importantes, como o rosário de lagoas que abrange quase toda a extensão do litoral. Há 12 anos, a pesquisadora do Celimar Cacinele Mariana da Rocha observa o sistema hidrológico em áreas entre Torres e Mostardas.

“Hoje, a gente sabe que 30% da água das lagoas é fornecida pelos aquíferos que recebem as chuvas”, explica. Esses reservatórios não são bolsões de água, mas formações de grãos de areia, como uma esponja, a cerca de 6 metros do subsolo. Dessa forma, há troca permanente de nutrientes, ferro, nitrogênio, fós-

foro, e é também constante o intercâmbio entre as águas do continente e o mar, que se altera conforme o volume de chuvas e marés.

“Assim, nutrientes que saem do subsolo vão aflorar na faixa de praia e garantir que vários organismos microscópicos se alimentem e se desenvolvam. Alguns, um pouco maiores, são conhecidos como algas ou plâncton e dão cor na beira-mar.” Cacinele explica que essa química origina o marrom-escuro que faz os gaúchos apelidarem o mar local de “Chocolatão”. “Quando tem descarga de água subterrânea muito forte, os nutrientes vêm



Foto: Cristina Ávila

Revoada de piru-pirus (*Haematopus palliatus*), ave conhecida no RS também como “cã-cã-da-praia” e “ostraceiro”

em grande concentração e, em seguida, os organismos que vivem na beira da praia se multiplicam e acabam atraindo pequenos peixes,

crustáceos, peixes maiores, botos, leões-marinhos. A água subterrânea tem uma cadeia ecológica muito importante”, sintetiza a bióloga.

Aprendendo com as baleias

Com tamanha importância geográfica, o Rio Grande do Sul teria mesmo que formar profissionais voltados para o mar. E uma das experiências mais incríveis dos estudantes começou em 22 de agosto de 2010, o dia em que uma baleia jubarte de quase 13 metros encalhou viva em Capão da Canoa.

Uma centena de pessoas ajudou nas tentativas de desencalhe, mas não teve sucesso. A partir daí, iniciaram-se aulas de necropsia, anatomia e outras ciências. O crânio tinha 400 quilos e foi retirado da praia com uma retroescavadeira. Mais de dois anos depois, encerraram-se os trabalhos que

marcaram a vida de dezenas de alunos, com a montagem do esqueleto no Museu de Ciências Naturais do Ceclimar, em Imbé, onde está em exposição desde 2012.

"Lembro que vi esse animal respirando, e hoje está no museu", encantava-se a bióloga Gabriele Afonso no dia da inauguração. "Eu estava do início ao fim. Aprendi tanto com a baleia. A gente só sentiu o cansaço quando acabou. Para a formação em Biologia Marinha, essa foi uma oportunidade única. Foram emoções intensas e dois anos e meio de cuidados com os ossos", esclarece. A exposição trata de vários aspectos da biodiversidade do litoral gaúcho.

Foto: Maurício Tavares/Ceclimar/Divulgação



A costa gaúcha é área de reprodução e cria da Baleia Franca

Biologia-cidadã e vídeos com os filhos

Maurício Tavares é coordenador do projeto de extensão do Ceclimar denominado Fauna Marinha RS, criado em 2013 para interação entre a universidade, pesquisadores e a sociedade. Semanalmente, lança vídeos de 2

minutos sobre pinguins, baleias e golfinhos que vivem na costa do Rio Grande do Sul. Com a colaboração de pesquisadores da Furg e Ufrgs, os episódios geralmente são narrados por seus filhos, Antônio, 6 anos; Flora, 10; e Pedro, 13.

Desde 2017, o programa realiza oficinas para guarda-vidas civis e militares que participam da *Operação Golfinho*, para o envio de informações sobre animais mortos encontrados na praia, importantes para o controle ambien-

tal. "Aparece muito bicho morto porque tem muito bicho vivo", diz o pesquisador. Para assistir aos vídeos ou encaminhar informações sobre ocorrências com essas espécies, basta acessar o site do projeto.

Plástico extermina aves e tartarugas

A fartura do cardápio na costa gaúcha atrai aves de regiões antárticas, subantárticas, sul-americanas, caribenhas, norte-americanas, canadenses, e há espécies encontradas até no Oceano Índico, que passam temporadas nas áreas costeiras e na plataforma continental do Rio Grande do Sul. São espécies ameaçadas por várias causas, entre as quais o plástico que vai parar nos oceanos.

O biólogo Martin Sucunza Perez diz que o plástico ainda pode estar associado a poluentes orgânicos que afetam o metabolismo das aves, oriundos de pesticidas escoados por rios para o mar. O pesquisador integra o Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul (Gemars), que também estuda as aves. Nas 148 aves oceânicas encontradas mortas na costa do estado ou que morreram no centro de recu-

peração do Ceclimar e que foram dissecadas pelo pesquisador, havia 946 resíduos plásticos nas carcaças.

A bióloga marinha Camila Rigon dissecou 42 tartarugas verdes na costa gaúcha. Encontrou 4.611 resíduos de lixo (87% plástico). No animal que mais ingeriu lixo, foram contabilizados 742 resíduos. Essa espécie de tartaruga chega jovem ao estado, com 28,2 a 62 centímetros e, quando adulta,

pode atingir um metro e 40 centímetros de comprimento e pesar 230 quilos de massa corporal.

"As águas que chegam com tanta oferta de alimentos trazem também muito lixo. Além de obstruir a digestão, o plástico cria uma falsa sensação de saciedade, impedindo os animais de se alimentar. As tartarugas sofrem muito. Como são muito fortes, demoram muito a morrer", justifica Camila.



OLHE PARA O SEU AMANHÃ.

SEU FUTURO DEPENDE DAS DECISÕES QUE VOCÊ TOMAR HOJE.

www.familiaprevidencia.com.br

INSTITUIDOR
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

Crise atinge negociações coletivas do ensino privado gaúcho

Em uma das mais longas negociações da última década, em um cenário de inflação alta e evasão de alunos do ensino privado, o sindicato dos professores enfrenta intenção patronal de retirada de direitos históricos e não reposição da inflação



Foto: PUCRS/Twitter/Reprodução

Educação superior: parcelamento e adiamento da reposição da inflação foram inevitáveis na construção de propostas para acordo

por Valéria Ochôa

Das quatro negociações coletivas, iniciadas em março, entre o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) e os sindicatos patronais (Sinepe/RS e Sindiman/RS), com vistas às duas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) da educação superior e às duas da educação básica, apenas uma foi concluída até o momento e com saldo positivo: a da educação básica negociada com o Sinepe/RS.

Na mesa de negociação com os dois sindicatos patronais, o principal ponto em discussão foi a reposição da inflação aos salários, uma cultura histórica do setor, e que, com a pandemia e a conjuntura econômica e social do país, vem sendo muito dificultada.

"Na educação superior, após reuniões suspensas, denúncias e correspondência aos reitores, exercitamos diferentes propostas para minimizar a perda salarial dos professores", explica Marcos

Fuhr, dirigente do Sinpro/RS que integra a mesa desse nível de ensino. "Na mesa, o parcelamento e o adiamento das reposições foram inevitáveis na construção de propostas para acordo."

Segundo ele, a negociação foi difícil com os dois interlocutores. "Com o Sinepe/RS, as tratativas foram marcadas pela forte atuação das empresas educacionais, Anhanguera e Ânima. Alegam que os professores do Rio Grande do Sul foram os únicos que tiveram

a reposição da inflação de 2019 e 2020 e, agora, buscaram equalizar com os demais estados", diz Fuhr.

"Com o Sindiman, que representa as mantenedoras de 13 universidades comunitárias e dois centros universitários, as negociações foram mais complexas. São instituições com um terço dos professores com tempo integral, desenvolvem pesquisa, mantêm mestrados e doutorados, e algumas têm parques tecnológicos", esclarece.

O saldo positivo da educação básica

A proposta para acordo da educação básica, negociada pelo Sinpro/RS e Sinepe/RS, foi aprovada pelos professores em Assembleia no dia 21 de maio, e traz aspectos bastante positivos, conforme a professora Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS que integra a mesa de negociação desse nível de ensino.

"Dada a crise econômica pela qual passamos, um dos aspectos positivos desta negociação foi a reposição integral da inflação (INPC) do período, 10,8%, sendo

5% retroativo ao salário de março e mais 5,8% a partir do salário de julho", ressalta Cecília. "As escolas que não anteciparam os 5% devem pagar este percentual retroativo ou pagar 6% como abono desde março."

Ela destaca outro avanço: a possibilidade de os próprios professores da escola poderem aumentar a carga horária para trabalhar com os componentes curriculares eletivos das trilhas/trajetórias do novo ensino médio. "Ao final da oferta do componente,

que deve ter duração inferior ao ano letivo, volta a carga horária anterior", observa.

De acordo com Cecília, o Sinpro/RS insistiu muito para que as demandas aos professores, feitas pelas escolas, por meio de diferentes ferramentas, sejam efetuadas somente no horário de funcionamento das instituições. Ficou acordado que o sindicato patronal enviará recomendação para todas as escolas a fim de que os professores não sejam demandados fora deste horário.

Também, insistiu para que os professores recebam horas extras para planejamento, elaboração de materiais e avaliações adaptados para alunos com deficiência. "Sabemos que este trabalho é feito em horário extraordinário."

As demais cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho foram mantidas.

As negociações com o Sindiman/RS para a Convenção Coletiva de Trabalho dos professores da educação básica ainda estão em curso.

Mudança estatutária inclui tutores na base do Sinpro/RS

Os professores do ensino privado aprovaram em Assembleia Geral, no dia 21 de maio, proposta de alteração no estatuto do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) que permite a inclusão de profissionais tutores que atuam na educação a distância (EaD) na representação do Sinpro/RS.

Com a aprovação pelos professores, a proposta do novo estatuto passará por uma série de processos. Os documentos necessários para a aprovação pelos órgãos competentes serão registrados em cartório e enviados ao Ministério do Trabalho, que deve formalizá-lo após criteriosa avaliação.

O professor Cássio Bessa, diretor do Sinpro/RS, explica que a alteração possibilita a representação do Sindicato para aqueles trabalhadores que ministram conteúdos e atuam no processo ensino-aprendizagem. "Ou seja, são efetivamente professores, mas seu contrato de



Foto: Valéria Ochiáa - Ascom Sinpro/RS

trabalho é, atualmente, como tutor", observa. Concluída a fase de validação no Ministério, as negociações coletivas realizadas anualmente pelo Sindicato dos Professores com as entidades patronais deverão discutir e deliberar sobre a inclusão de cláusulas específicas que tratem sobre os professores tutores nestes

documentos normativos.

"Com a inclusão destes profissionais no estatuto do Sinpro/RS, os tutores passam a ser representados legalmente pelo Sindicato", esclarece Cássio Bessa.

BALANÇO PATRIMONIAL – Os professores aprovaram, também em Assembleia Geral no dia 21 de maio,

Assembleia foi realizada de forma híbrida

o Balanço Patrimonial do Sinpro/RS 2021. A direção e o setor administrativo da entidade detalharam o documento durante o encontro.

HOTEL CASA DO PROFESSOR – A Assembleia dos professores do dia 21 aprovou, ainda, o reajuste de 9,5% nas taxas administrativas do Hotel Casa do Professor.

COMEMORAÇÃO

Sinpro/RS lança selo dos 85 anos

Foi apresentado oficialmente, na Assembleia Geral de Professores, que ocorreu no dia 21 de maio, o selo criado em homenagem aos 85 anos do Sindicato dos Professores (Sinpro/RS). O selo assinará as atividades realizadas até 21 de maio do próximo ano, quando o Sindicato

completa 85 anos de fundação.

"O Sinpro/RS é um dos sindicatos que atua na área da educação mais antigos do país", conta o professor Marcos Fuhr, diretor do Sindicato. "Iniciou priorizando uma política mais assistencial, mas, nas últimas décadas, passou a dar mais

ênfase nas lutas reivindicatórias, com a forte presença dos dirigentes do Sindicato junto aos professores nas instituições de ensino."

Uma programação especial está sendo elaborada pela direção do Sinpro/RS para as celebrações da data.



APOSENTADORIA

Revisão de benefícios de professores aposentados será tema de painel

A Associação dos Professores Aposentados do Ensino Privado do RS – Apaeppers promove, no dia 22 de junho, às 19h, o painel *Revisão de benefícios: possibilidades para os professores aposentados*. O evento on-line é voltado para

os docentes já aposentados e terá transmissão pelo YouTube e Facebook do Sindicato dos Professores (Sinpro/RS).

O advogado previdenciário Daison Portanova tratará de ações judiciais sobre revisões de benefícios

já concedidos. Entre elas, estão a revisão diante da limitação dos benefícios ao teto máximo – que já conta com reconhecimento judicial; a revisão do índice da URV – Plano Real – para os benefícios concedidos entre março de 1994

até fevereiro de 1997; e a revisão do teto para os benefícios concedidos antes da Constituição de 1988.

Portanova também atenderá ao público por meio de perguntas enviadas pelo chat do painel no Youtube.

SENADO

Professores pedem rejeição à educação domiciliar

O Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul enviou um documento aos senadores pedindo a não aprovação da regulamentação da educação domiciliar.

A matéria foi aprovada no plenário da Câmara dos Deputados

no dia 18 de maio e aguarda avaliação dos senadores.

O Sinpro/RS representa cerca de 30 mil professores da rede privada gaúcha de todos os níveis de ensino, da pré-escola à pós-graduação universitária.

Na carta, o Sindicato defende

que o ensino domiciliar, ao contrário do que se prega, não é a liberdade das famílias em escolher se enviam ou não seus filhos à escola, mas sim o cerceamento da liberdade da criança e adolescente em ter um desenvolvimento social e o processo de ensino-aprendiza-

gem adequado.

"Autorizar a educação domiciliar é retirar dessas crianças e adolescentes o seu pleno direito de aprender. Família e escola são diferentes espaços e devem ser complementares na vida dos estudantes", diz o documento.

Emergências climáticas são destaque da 30ª edição da *Textual*

O ensaio *A financeirização da natureza e os interesses em disputa* é o destaque de capa da 30ª edição da *Revista Textual*, que assinala os 20 anos da publicação editada pelo Sindicato dos Professores (Sinpro/RS).

O tema é tratado pelas jornalistas Eliege Fante, mestra e doutora em Comunicação e Informação e diretora do Núcleo de Ecojornalistas (NEJ-RS), e Elisangela Paim, doutora em Ciências Sociais e coordenadora latino-americana do Programa Clima da Fundação Rosa Luxemburgo.

Eliege e Elisangela abordam as soluções financeiras concebidas ao longo de décadas e ratificadas em conferências mundiais do clima com vistas a conter o aquecimento do planeta – no âmbito da regulação da compra e

venda de créditos de carbono.

Lançada neste mês de junho, a edição conta uma tiragem de 3 mil exemplares, que estão sendo distribuídos a professores interessados, associados ao Sindicato, e com a versão em PDF e Flip, disponível gratuitamente no site do Sindicato (sinprors.org.br).

A *Revista Textual* foi criada em 2002 e indexada ao CIBEC/INEP (ISSN 1677-9126), com a proposta de dar visibilidade à produção de artigos sobre o cotidiano dos professores e a dinâmica da educação, e ensaios livres sobre temas de relevância para a sociedade.

Neste ano, o Sinpro/RS retoma a edição impressa semestral da *Textual*, após a pandemia, e passa a publicar artigos e ensaios produzidos exclusivamente para o ambiente virtual da revista.



Guerra híbrida

Também é tema de ensaio da edição *A guerra híbrida*, do professor Cícero Araújo Lisboa, mestre em Estudos Estratégicos Internacionais e especialista em Gestão da Segurança e Defesa Cibernéticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ao analisar as novas armas utilizadas nos conflitos entre nações, Lisboa observa que as guerras do século 21 são forjadas no ciberespaço e se utilizam de estratégias para desestabilizar governos, decidir eleições e pressionar oponentes por meio de legislações e diplomacia.

Saúde e virtualização

Na editoria *O professor e o mundo da escola*, a professora da Feevale e doutora em Psicologia Social e Institucional Carmem Giongo e coautores analisam o agravamento dos efeitos da sobrecarga de trabalho e das relações institucionais sobre a saúde física e psíquica dos docentes.

E o professor e pesquisador da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) José Luís Ferraro, doutor em Educação, discorre sobre a virtualização do ensino na última década, que, constata ele, converteu salas de aula em não lugares.

Novo ensino médio e exclusão

Na editoria que aborda a *Dinâmica do Meio Educacional*, o professor Jorge Ribeiro, mestre e doutor em Sociologia, propõe uma reflexão

sobre o desafio colocado aos professores de nível técnico pela reforma do ensino médio. O professor da Universidade Feevale Rodrigo Perla

Martins, diretor do Sinpro/RS, trata da falta de políticas públicas de acesso ao ensino superior. "Após o período de incentivo e financiamen-

to do ensino superior que gerou um diferencial social, o país abandonou as políticas públicas de acesso às universidades", demonstra.

Só quem é sócio tem um cartão que você usa, precisa e economiza.

Baixe o App do Sinpro/RS ou confira no site sinprors.org.br/vantagem a relação completa de descontos nas empresas parceiras.

SINPRO/RS
Cartão do associado

0000100 10.2023
Membro

SINPRO/RS
Você usa, você precisa.
SINDICALIZE-SE!

O alto custo de vida no Brasil foi tema do Sinpro/RS Debate

O Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) reuniu os economistas Ladislau Dowbor e Gustavo de Moraes, no último dia 28 de maio, para discutir sobre os motivos que estão elevando o custo de vida no Brasil a patamares tão altos. A atividade integrou a programação do Sinpro/RS Debate, que tem como proposta discutir temas da atualidade.

O evento ocorreu on-line, com transmissão ao vivo pelo canal do Sinpro/RS no Youtube. Também foi gravado e disponibilizado no mesmo canal para que mais pessoas pudessem ouvir o que esses dois economistas, de visões diferentes, têm a dizer sobre a conjuntura econômica do país.

ESTOQUES E INFLAÇÃO – Um dos temas abordados por ambos foi utilizar ou não estoques reguladores para segurar a inflação de alimentos. Com isso, veio à pauta o sucateamento da Conab, que era utilizada pelos governos antes de 2016 para regular os preços dos alimentos.

Gustavo de Moraes alertou para os custos da estocagem e para o fato que esse custo também é pago pelas camadas mais baixas da população, as que mais sofrem com a inflação.

Mesmo assim, destacou que os EUA conseguem manter os combustíveis com preço baixo mesmo em momentos de crise de petróleo e inflacionária, graças ao estoque de trilhões de barris.

No que se refere à inflação, ele destaca: “A inflação ao consumidor, de fato, é um fenômeno mundial. Estamos falando de um IPCA de maio, em 12,2%/ano, se comparada a de outros países do primeiro mundo, que giram entre 6% e 9%. Por serem países sem histórico inflacionário, há até uma certa folga”, contextualiza.

Sobre o futuro, “Nós teremos um abrandamento nos índices de inflação, na evolução dos preços, mas o custo de vida aumentou e não voltará”.

Segundo o economista, isso ocorre porque o país ainda não tem uma reorganização econômica dos mercados e pode levar uma década para que se reorganizem. “Por ora, os repasses de preços já estão consolidados”, afirma.

POLÍTICAS DE ESTADO E JUROS ALTOS – Ladislau Dowbor defendeu o papel social da economia e que esta deve estar a serviço das pessoas e não apenas do mercado financeiro. Ele destacou que, quando se fragiliza – com a inflação – o poder de compra da população, isso gera redução de demanda e as empresas começam a ter dificuldade para vender.

“Uma empresa produtiva precisa de gente com dinheiro de um lado e de crédito barato para poder financiar a produção de outro. Simples assim. É assim no Canadá, na China, em qualquer parte”, sintetiza.

“No Brasil, não se tem uma coisa nem outra. A demanda das famílias está fragilizada, e as taxas de juros para as empresas são uma verdadeira agiotagem”, cravou.

Dowbor lembra que as empresas estão trabalhando com 75% de sua capacidade, “sem contar o grande número que fechou”. Ele acrescenta que a redução de consumo e da atividade empresarial acaba diminuindo as receitas públicas e gerando um ciclo recessivo.

Ele faz uma crítica aos governos pós-impeachment e ao atual, “que, ao invés de equilibrar as contas públicas, agravou a situação de maneira radical”.

Na sua opinião, o equilíbrio fiscal se obtém por meio da dinamização da economia para aumentar as receitas. “E o que se fez foi travar a economia e reduzir os gastos do estado, não só aumentando o déficit, como estagnando o ciclo de crescimento”, defende.

FALTA DE CONCORRÊNCIA – Apesar de divergirem em vários pontos, os dois economistas criticaram a alta concentração do mercado financeiro brasileiro nas mãos de poucos bancos. Também, apontaram a falta de concorrência e ausência de políticas para maior diversidade no setor como algo que torna o dinheiro mais caro no país, o que influi nas políticas de juros altos, impactando na vida de todos.



Tempo demais, saúde de menos

Você já se deu conta do tempo em que permanece sentado? No sofá, no escritório ou no transporte... Este tempo de inatividade, aparentemente inofensivo, conhecido como sedentarismo oculto, é muito nocivo à sua saúde de forma geral.

O que dizem os estudos

Tempo demais sentado eleva a incidência de doenças cardiovasculares, aumento de peso, problemas posturais e articulares; e sobrecarrega a coluna, colabora com o enfraquecimento dos músculos abdominais e da região lombar. Também, diminui o gasto energético, promovendo acúmulo de gordura corporal.

Atividade física X exercícios físicos

A atividade física é um movimento natural que acontece pela necessidade, de forma não programada, como limpar a casa, passear com o pet, locomover a pé, subir ou descer escadas, brincar com as crianças, entre outros. Mesmo que pareça simples, esse comportamento ativo não deve ser menosprezado, pois conta e muito para uma vida saudável.

Já os exercícios físicos são realizados de maneira programada, com instruções claras quanto à intensidade, duração e cargas, e planejados com objetivos específicos com acompanhamento profissional.

Ações (físicas) em nossa rotina diária geram grandes mudanças e tiram você desse “perigo” iminente que é o sedentarismo.

Veja algumas dicas:

- Suba escadas (a descida pode incomodar joelhos).
 - Caminhe parte dos seus trajetos diários e vá aumentando gradualmente (vá de tênis).
 - Faça breves pausas ativas com alongamentos e exercícios respiratórios.
 - Coloque música, cante e dance. É simples, divertido e relaxa a mente.
- Ao acordar, mexa-se com alongamentos e movimentos leves.

Venha com a gente!

O Sinpro/RS disponibiliza uma plataforma digital com videoaulas de yoga, pilates, treinamento funcional, receitas *light* e muito mais. Tudo isso no seu smartphone ou desktop!

Acesse a Plataforma Somos Move e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes, somos.pacevida.com.br/sinpro/RS/

E para quem reside em Porto Alegre: MOVE – Grupo de Comida e Caminhada. Inscreva-se em: www.sinpro/RS.org.br





A República de Gilead

A configuração da esfera pública passou a ser marcada por discursos proponentes da violência, pela reprodução de dogmas religiosos e pela reprodução de desinformação, preconceitos e intolerância

A realidade não se conforma apenas pelo dado objetivo, mas também como promessa e ameaça. Ela pressupõe, em síntese, uma interação entre o dado e o possível.

Assim, para que possamos nos situar em uma realidade concreta, é preciso identificar seus movimentos, suas contradições, e tentar perceber, tanto quanto possível, os cenários mais prováveis que podem se desdobrar a partir da nossa ação. Agir pressupõe, por isso, antecipar.

Nesse exercício, é preciso reconhecer fatos e lidar com evidências, de modo a reduzir nossa margem de erro. Toda antecipação envolve expectativas sobre as respostas prováveis dos demais atores sociais, o que acrescenta uma margem irredutível de incerteza sobre o futuro.

Uma das mudanças mais radicais nas disputas políticas contemporâneas deriva do fato de que a configuração da esfera pública passou a ser marcada por discursos proponentes da violência, pela reprodução de dogmas religiosos e pela reprodução, em escala nunca antes imaginável, de desinformação, preconceitos e intolerância.

O fenômeno é tão profundo que a grande maioria dos atores políticos atua sem compromisso com qualquer programa racional, o que se tornou possível por um conjunto de fatores, mas cuja base material é o "capitalismo de vigilância", para usar o conceito de Shoshana Zuboff.

O que permitiu a mudança radical da esfera pública foi a emergência de um novo modo de produção, baseado no mercado de comportamentos futuros. Esse mercado é construído a partir do saque de informações pessoais via Internet sobre hábitos de consumo, gosto pessoal, desejo, inclinações político-ideológicas, frustrações, sentimentos, etc. de bilhões de pessoas por grandes empresas e se articula com a multiplicação de serviços e de espaços virtuais de interação "fechados" ao escrutínio público, onde a maioria passou a formar sua opinião.

O uso programado desses recursos para seleção de perfis influenciáveis na Internet e customização de mensagens, segundo características individuais, permitiu a oferta de produtos e ideias com um nível de sofisticação e eficiência sem precedentes. Desde então, a formação da opinião se cruzou com os algoritmos e tudo que era sólido se desmanchou no ar.

Fazer política em nosso mundo passou a exigir uma capacidade especial de trânsito nas redes sociais, uma sensibilidade radicalmente nova para a simbologia de gestos, palavras, entonações; uma nova



Foto: Hulu/Divulgação

compreensão a respeito da velocidade do fluxo de informações em rede e uma capacidade criadora que aproxima a intervenção política da arte.

Antes, as posições políticas apareciam nas interações face a face como discurso e nos veículos de imprensa na forma de texto, entrevista, debate, o que construía a imagem pública dos agentes e sinalizava caminhos. Agora, as posições políticas se traduzem em memes e stories, atingem públicos nunca antes envolvidos com política e o fazem a partir de códigos, linguagens e critérios totalmente diferentes.

No passado recente, campanhas eleitorais eram feitas com comícios, panfletagens e programas de rádio e TV, e era possível que uma liderança fizesse um pronunciamento em uma reunião reservada sem que milhões de pessoas fossem informadas sobre o que tinha sido dito.

Já há muitos anos, qualquer frase em qualquer evento, público ou privado, pode ser disseminada fora do seu contexto, o que permite a produção de conteúdos virais e a destruição de reputações. Com a emergência das técnicas de inteligência artificial de *deep fake*, esse quadro se agravará sobremaneira, e milhões de pessoas serão enganadas com imagens e discursos que nunca existiram.

Diante dessa base material, a ideia de que as pessoas tomam decisões políticas e definem seu voto com base em suas dificuldades econômicas, por exemplo, beira a ingenuidade. É óbvio que inflação, desemprego e precarização do trabalho produzem infelicidade e tensões de toda ordem, o que sugere um espaço amplo para mudanças políticas.

O problema é que é preciso que as pessoas identifiquem um caminho confiável para essa possibilidade de mudança. O ponto, então, é: o que pode fazer com que as pessoas confiem?

Distopia

Quem leu a distopia *O Conto da Aia* (*The Handmaid's Tale*), de Margaret Atwood, ou assistiu à série de mesmo nome, lembra que Gilead – nome de origem bíblica, que significa "monte do testemunho" – era o regime totalitário e teocrático que teve origem em um golpe de Estado perpetrado por extremistas que se autodenominaram "Filhos de Jacó".

Na série, o golpe envolve o assassinato dos juízes da Suprema Corte e a atribuição dos crimes a grupos de radicais islâmicos. Diante da crise, as Forças Armadas assumem o controle do país, o que dá origem a uma repressão impiedosa aos opositores e a uma guerra civil.

Os novos governantes são chamados de "comandantes dos fiéis", e as leis são o resultado de uma interpretação literal do Velho Testamento. A

pena de morte, as amputações e a tortura são amplamente usadas, e as mulheres, salvo algumas privilegiadas, não podem trabalhar ou estudar, nem ler ou escrever, cabendo-lhes o dever da procriação.

O aborto e a homossexualidade são crimes punidos com a morte. Os comandantes, entretanto, não seguem as regras do regime. Na verdade, eles usam a fé cristã para legitimar seu domínio e assegurar seus privilégios.

Retomando o que assinalei no início, alguém entende que o "Conto da Aia" tem algo a ver com o Brasil e, mais precisamente, com as possibilidades trágicas presentes em nossa realidade? Em caso positivo, se você acha que há algo de grave emboscado no futuro do Brasil que pode lembrar aspectos da República de Gilead, o que cada um de nós pode fazer para impedi-la?

Foto: Marcelo Menna Barreto

Utopia, boemia e resistência

por Marcelo Menna Barreto, de São Paulo

Bar, restaurante de culinária árabe, centro cultural, espaço de resistência. O Al Janiah, no centro de São Paulo, é de tudo um pouco. “Espaço Político e Cultural”, conceitua o proprietário, Hasan Zarif, gaúcho de Camaquã, filho de refugiados palestinos da Guerra dos Seis Dias. “Quando a gente abriu, chamava de bar e restaurante, mas as pessoas não vêm aqui só para beber e consumir gastronomia árabe. Vêm pela proposta”, explica.

Zarif prefere não enfatizar o termo “espaço de resistência” e desaconselha que a sua equipe o faça. “Não queremos ser os salvadores da pátria, nos colocar nesse papel. Resistência faz quem está na rua, passando fome”, esclarece.

Mas ele não esconde a satisfação quando algum frequentador ou admirador adjetiva o local des-

sa forma, associando o Al Janiah à ideia de luta por democracia nesses tempos distópicos. “Nesse caso é bem-vindo. A gente passa por permanentes ameaças o tempo inteiro. E não são ameaças de posts de ‘comuns’, com discursos de ódio. Já tivemos de Carla Zambeli, dos bolsonaros, esses que têm peso e influência entre os fascistas, o que potencializa”, revela.

Nada comparado à Guerra dos Seis Dias, que durou de 5 a 10 de junho de 1967. Iniciada pelo Egito, esse que foi o terceiro conflito entre o Estado de Israel e países árabes vizinhos possibilitou ao estado sionista expandir seu território. Ao final, foram anexadas a Península do Sinai, a Cisjordânia, Gaza, Jerusalém oriental e as colinas de Golã.

O conflito e seus desdobramentos pioraram as disputas e

ocupações territoriais no Oriente Médio e criaram instabilidade nas décadas que se seguiram. “Antes da guerra síria, um a cada três refugiados no mundo era palestino”, ressalta o proprietário do Al Janiah – o nome do estabelecimento faz referência a um vilarejo na parte dos territórios palestinos ocupados por Israel na Cisjordânia. É com uma base de trabalhadores que se viram obrigados a sair de seus países pelos mais variados embates que o Al Janiah recebeu também outra definição bem recorrente: bar dos refugiados.

No cardápio, além do *falafel*, *tabule*, *esfiha*, *shawarma*, cerveja e chope artesanal produzido ali mesmo, o mais procurado é o drinque da casa: *Palestina Livre*. O atendimento é feito por 16 funcionários e ganha o reforço de quatro *freelancers* quando o movimento

aperta. O empresário se esforça para lembrar os países de origem do pessoal que já trabalhou ao seu lado. “É gente da Argélia, Tunísia, Síria, Guiné Bissau, do Iêmen, de quase metade dos países da África e do Oriente Médio”, descreve. Cubanos, venezuelanos e brasileiros de outras regiões não são refugiados, ressalva Zarif, afirmando que eles estão em outra categoria. São migrantes antifascistas. “Um dos cubanos que trabalha aqui esteve recentemente na Ilha, visitando seus parentes. Ele pode até ter suas críticas pontuais ao regime, mas percebe como foi importante a revolução”, esclarece. No ano passado, a casa acolheu Shafiq Latifi, que trabalhou como tradutor do árabe para tropas norte-americanas e teve que fugir quando os talibãs tomaram o poder no Afeganistão.



Foto: Marcelo Menna Barreto

Acolhimento e civilidade

Em menos de um ano de fundação, o estabelecimento foi alvo de atentados por seu posicionamento político. No antigo local, lembra Hasan Zarif, dois dias após o golpe contra Dilma Rousseff (PT), bombas de gás lacrimogênio foram jogadas no interior da casa por policiais militares. No novo endereço, em 2019, um grupo de “supremacia branca” lançou uma bomba de gás lacrimogênio e, enquanto o público corria, era atacado com sprays de pimenta. “Esse não foi o ataque mais grave. A gente já teve três carros que pararam aqui na frente e apontaram armas para a porta e atiraram para cima”, registra.

Para ele, tudo isso ocorreu porque o Al Janiah “ganhou um histórico de luta” e de acolhimento a perseguidos e ameaçados nesses tempos de exceção. “Quando estava todo mundo tomando porrada na rua, em 2018, com os fascistas, bolsonaristas empoderados, achando que podiam fazer o que queriam, a gente publicou em nossas redes que, aqui, qualquer pessoa que se sentisse ameaçada ou estivesse em uma situação de perigo poderia vir que a gente garantiria a segurança”, relembra.

Outra faceta do Al Janiah, como define seu fundador, é o trabalho com os extremos. Dentro do espaço, as mais variadas manifestações e oficinas consideradas progressistas são bem-vindas. Vão do lançamento de candidaturas da esquerda a livros, passando até por atos ecumênicos e oficina de um coletivo feminista sobre masturbação feminina.

Zarif diz que um dos princípios da casa, afixado na parede, é que o respeito ao ser humano, a civilidade, são fundamentais. “Isso não é ideologia. Tem que respeitar gênero, tem que respeitar cor, etnia, opção sexual, tudo. Aqui tinha travesti trabalhando na cozinha ao lado de um cara que rezava cinco vezes ao dia voltado para Meca. Com todo o respeito”, ilustra.

Étnico e cultural, o Al Janiah, no centro da capital paulista, é reconhecido como espaço de solidariedade e luta por democracia nestes tempos distópicos

Refugiados palestinos

O caldo de cultura que gerou o Al Janiah passou pela opção de Zarif, que se dedica à causa palestina, e por sua experiência autodeclarada de “vida noturna e boemia iniciada em Porto Alegre, na Cidade Baixa”. Integrante do Movimento Popular Palestina para Todos (Mopat), ele sempre trabalhou com cultura do mundo árabe, ligado à resistência do seu povo. Sem emprego, fazia cerveja artesanal em casa quando morava no bairro de Santa Cecília, na zona central de São Paulo, em cima de um bar de karaokê.

As ligações com as mais variadas correntes de esquerda que são solidárias à causa palestina renderam festas que lotavam seu apartamento e o estabelecimento comercial, que acabou virando

uma extensão da casa. “Tanto é que, ao me mudar do apartamento, o Karaokê faliu”, explica.

A saída foi pela causa. “Em 2014, surgem os refugiados palestinos da guerra síria. Começou em 2012, mas o fluxo maior, mais triste, complicado foi a partir desse período”, recorda.

Foi aí que o Mopat, ao lado do movimento de luta pela moradia Terra Livre, organizou a ocupação de um prédio no bairro da Liberdade, centro de São Paulo. Quatro andares ficaram com famílias de imigrantes sírios, palestinos, libaneses, iraquianos em situação vulnerável. Mais de cem pessoas aportaram lá em poucos dias.

Assim, Zarif decidiu se mudar para o local que acabou sendo batizado como Ocupação Leila

Humor livre de preconceitos

No final de 2015, Zarif retomou a ideia antiga de ter um bar. Não qualquer bar. “Que fosse uma extensão da minha militância, onde se pudesse discutir política, falar da causa Palestina, passar filmes.” Sem dinheiro, “juntando daqui e dali”, ele alugou um primeiro espaço nas proximidades da avenida Augusta em janeiro de 2016.

Um ano depois, como o antigo estabelecimento ficou pequeno, se transferiu para o tradicional bairro do Bixiga. Lá, na rua Rui Barbosa, o Al Janiah passou a ter dois ambientes e um pátio. É um lugar

para 180 pessoas sentadas e mais uma infinidade em pé, que comem e bebem discutindo a situação política do Brasil e do Oriente Médio. “Antes, eu, que defendo a causa Palestina, passei a vida inteira indo para lugares distantes para falar sobre ela. Agora, aqui, é o inverso. As pessoas vêm para cá e se envolvem. É incrível!”, exclama.

Destaque no concorrido *Guia da Folha de São Paulo* já no primeiro ano de funcionamento, o espaço ainda figura no *Guia 36 Horas*, do *New York Times*, como uma atração imprescindível de se co-



Foto: Marcelo Nienna Barreto

Zarif: “Resistência faz quem está na rua, passando fome”

Khalel, em homenagem à militante da Frente Popular para a Libertação da Palestina que se tornou famosa nos anos 1970 e que, atualmente, integra o Conselho Nacional Palestino.

A missão de Zarif era servir de apoio em um espaço que ainda

abrigava bolivianos e brasileiros. “Entre aqueles de língua árabe, ninguém falava português; eu estava muito envolvido e a coisa começou a ficar complicada. Doei os móveis que tinha e fui para lá até estabilizar a situação de comunicação”, relata.

nhecer em São Paulo. O Al Janiah também é o Ponto de Encontro Oficial da Mostra de Teatro da capital paulista. Em 2019, foi escolhido pela Warner Music como palco para a transmissão do lançamento no Brasil do álbum *Everday Life*, sob o amanhecer da Jordânia, da banda Coldplay.

“Ali, circulam todos os tipos de ideias, propostas, ativismos, artes, diversões, encontros, num ambiente absolutamente livre, criado e mantido por gente que já sofreu discriminação, opressão e preconceito. Sim, é possível rir dos

nostros dramas cotidianos, desde que eles não provoquem ainda mais dramas e tragédias”, define o jornalista e escritor Gilmar Rodrigues.

Ele coordenou recentemente uma oficina sobre escrita de humor no Al Janiah. Trabalho, obviamente, dentro da proposta do local: “Humor de ‘esquerda’, crítico, mordaz e até agressivo, mas direcionado ao poder constituído e ao preconceito e discriminação que ele gera e não às vítimas desse poder. Humor sem homofobia, machismo ou racismo”, resume.

Para quem é da capital Para quem é do interior

Obras em casa? Sossego para estudar? Nova orla do Guaíba? Show e espetáculos?

25 apartamentos em Porto Alegre com preços mais baixos para associados do Sinpro/RS e descontos especiais para mensalistas. Quem é do interior aproveita o que tem de melhor na capital e fica muito bem acomodado. Quem é de Porto Alegre não passa aperto em casa porque sempre tem onde ficar. Seus parentes e amigos também são bem-vindos.

RESERVAS casadoprofessor.sinprors.org.br

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

CASA do PROFESSOR
Hotel



FRAGA

As Quadrilhas

O festejo ganhou estilo e as diversas quadrilhas do Brasil de antanho começaram a ter cara própria

As quadrilhas existem desde o Império, e por isso imperam até hoje. No começo, as quadrilhas não tinham gente de colarinho branco, reuniam apenas meliantes e maus elementos de andrajos.

Inspirados nas amizades entre aproveitadores, deram origem aos amigos do alheio. Sua inclinação era declinar verbos, tipo afanar, furtar, roubar.

Aí, conforme o "faturamento", com frequência os bandos vestiam os babados da época e festejavam. Como ainda não permitiam mulheres na roubalheira, metade dos homens se travestia e assim formavam pares para dançar.

Os ladrões mais talentosos compunham músicas e tocavam, enquanto alguns cantavam. Daí, por umas noites, apenas se divertiam. Era folga da vida de larápios, o que era bom para a sociedade, com menos bens surrupiados. Acabou que as quadrilhas ficaram populares: o povo aplaudia aquela manifestação artística.

A sociedade evoluiu: veio a República, surgiram as leis e a polícia. Consequência: os amigos do alheio nem sempre alheavam tudo que queriam, o que não justificava o esforço de ensaiar e criar os figurinos. Resultado: nem todos os meses havia festejo.

Mais adiante, as precursoras da igualdade entre os sexos exigiram lugar nas quadrilhas. Isso foi ótimo: os homens já não precisavam se vestir de mulher pra dançar.

Com menos ocasiões para festejos, as quadrilhas sacaram: fazer a dança das quadrilhas poucas vezes por ano expunha menos os meliantes. E, com isso, podiam festejar melhor. O festejo ganhou estilo e as diversas quadrilhas do Brasil de antanho começaram a ter cara própria. Logo o costume ganhou grande público.

Foi quando apareceu um estranho fenômeno social: mesmo sem ter roubado ninguém nem saqueado nada, as pessoas honestas queriam participar das danças. Elas passaram a se infiltrar nos bandos e então as quadrilhas se tornaram mistas, de gente fora-da-lei e gente dentro da lei.

Como as leis e a polícia tinham ficado mais rigorosas, as danças acabaram se fixando numa data apenas, em junho.

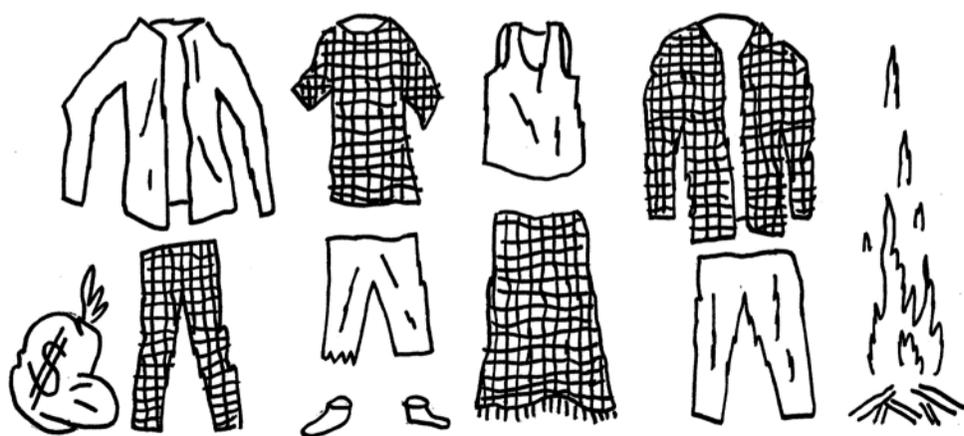
Aí a influência dos cristãos nos bandos concentrou os festejos nos dias de São João e Santo Antônio. Dominadas pela maioria de participantes honestos, as quadrilhas adotaram as datas e assim nasceu a tradição que perdura.

O problema foi a invasão de gente que nem sabia roubar ou saquear, o que atrapalhava os negócios desonestos. A saída pra turma da ladroagem especializada foi se afastar das danças e atuar por baixo dos panos, sem gastar com tecido em roupas.

Em resumo: um tipo de quadrilha – a desonesta – parou de festejar, e o outro – honestíssimo – continuou a dançar em homenagem aos santos padroeiros. A Igreja aprovou a separação entre as quadrilhas, e as paróquias criaram seus arraiais. Mas é sabido que, no Banco do Vaticano, ainda há gente fora-da-lei, disfarçada com suas batinas, que nada mais são que simplificados vestidos de quadrilha.

Espero ter esclarecido o eventual leitor desta coluna.

Ilustração: Sica



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

A agenda completa
em ecarta.org.br
e 51. 4009.2971

SHOWS híbridos

Porto Alegre | 18h | Entrada franca

Local: presencial – sede da Fundação Ecarta (Avenida João Pessoa, 943, Porto Alegre). É obrigatória a apresentação do passaporte vacinal; **virtual** – transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

4/6, às 18h – Paola Kirst e Lorenzo Flach apresentam *Vertigem*



Foto: Vitória Proença/Divulgação

18/6, às 18h – Matheus Alves e Guilherme Goulart apresentam *Hermano Viejo*.

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca

Até 13/6 – Inscrição para o 3º Festival Internacional de Videodança do RS.

Até 26/6 – Visitação à mostra de Maria Tomaselli, com curadoria de Nicolas Beidacki, de terça a domingo, das 10h às 18h.

25/6, 10h – Galeria Ecarta Entrevista com Maria Tomaselli. Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

CULTURA DOADORA

2/6, 8h – Palestra virtual sobre doação e transplantes de órgãos para alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Lúcia Mossmann, de Campo Bom.

14/6, 19h – Painel Doação e Doadores de Sangue, com a participação de representantes do Hemocentro e dos bancos de sangue dos hospitais de Clínicas de Porto Alegre, Conceição, São Lucas e Santa Casa.

Local: Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

15/6 e 29/6, 14h – Palestra sobre doação de órgãos e tecidos para transplantes, ministrada por enfermeiras do Hospital da Santa Casa de Porto Alegre, para agentes e profissionais de saúde, respectivamente, de Campo Bom.
Local: Câmara de Vereadores de Campo Bom.

CONVERSA DE PROFESSOR

22/6, 19h – Painel *Vamos falar de raça e etnia na escola?*, ministrado pelo professor Daniel Luciano Gevehr, doutor em História.

Local: Transmissão ao vivo pela página da Fundação Ecarta no Youtube.



VERISSIMO

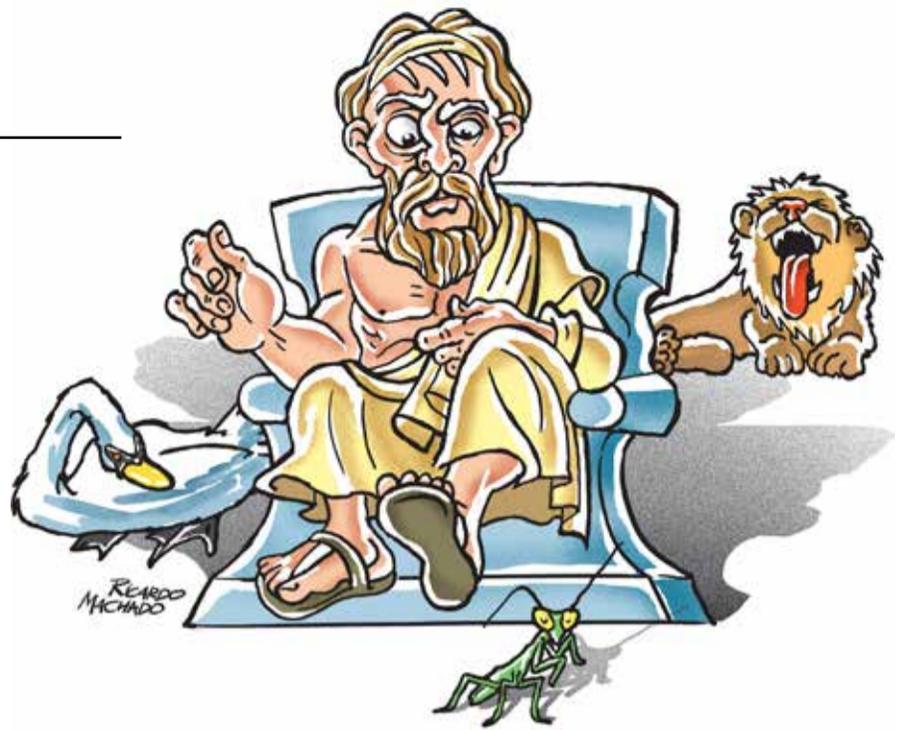
Reencarnação

Odisseia não passa da história de alguém querendo voltar para a paz dos braços da patroa

Platão encerra a sua *República* com a descrição que Sócrates faz dos heróis de Homero escolhendo suas vidas futuras, ou os seres que suas almas habitarão depois da morte. Orfeu escolhe voltar como um cisne, Ajax, um leão, Agamemnon, uma águia. Muitos preferem reencarnações de acordo com seu passado. O corredor Atalanta, por exemplo, quer voltar como atleta. O construtor do cavalo de Troia quer ser uma artesã, com o mesmo ofício, mas outro sexo. Um bufão escolhe voltar como macaco. Ulisses prefere voltar como um homem comum. O herói maior da Odisseia escolhe para o futuro da sua alma ser um animal simples, um anti-Ulisses que nenhuma aventura tirará de casa.

Quem acredita em reencarnação e pesquisa sobre suas vidas passadas geralmente descobre que foi, senão um herói homérico, nunca menos do que um faraó, uma rainha ou um artista famoso. Ninguém admite ter sido um bandido ou uma faxineira em Versalhes. E todos têm um consolo para a sua atual condição: não passam de uma etapa, uma alma em transição entre um grande personagem e outro, fazendo estágio como apenas ele. O mito socrático introduz a ideia de que podemos escolher nossa próxima vida (primeirão massagista de miss!), mas o que fascina é a opção de Ulisses pela mediocridade confortável, a pacatez como um refúgio seguro.

Ulisses não quer ser mais ninguém, quer ficar a salvo da vida e da História. Ao contrário de quem não se conforma de não ter sido alguma



coisa mais do que é, em algum lugar do passado, ele opta por não mais ser nem Ulisses, nem coisa parecida, no futuro.

Afinal, toda a Odisseia não passa da história de alguém querendo voltar para a paz dos braços da patroa.

CUIDADO

A ideia da reencarnação das almas provoca algumas considerações interessantes. Quem acredita mesmo em reencarnação deve ter extremo cuidado no trato com insetos, por exemplo. O próximo mosquito que matar pode ter sido um parente. A crença em reencarnação determina cuidados, também, com a dieta alimentar. A pessoa não pode comer carne de espécie alguma, pois quem assegura que o boi sacrificado para fazer o bife não foi, em outra geração, o tio Olavo? Haveria casos de a degola de uma galinha ser interrompida porque alguém vê traços de alguém na sua cara ("Parem! Parem! É a tia Elvira!"). Enfim, o respeito aos antepassados seria total, mesmo que tivessem voltado como porcos.

**Crônica originalmente publicada em março de 2017.*

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



Negociações Coletivas

Representação estadual

O Sinpro/RS representa os professores e as professoras do ensino privado gaúcho, da educação infantil, da educação básica e da educação superior.



Participação democrática

Realiza assembleias para cada nível de ensino, em todo o estado, ouvindo a categoria e definindo as pautas de reivindicações. Posteriormente, submete as propostas de acordo novamente às assembleias.



Múltiplas Negociações

Negocia com o Sindiman (Instituições Comunitárias) Sinepe/RS (Ed. Básica e Superior Privadas), Sindicreches (Ed. Infantil), Sindepars (Sesi e Senai), Sindiomas (Escolas de Idiomas) e com o Governo do Estado (Fundação Liberato e Uergs).



Estrutura Necessária

Na defesa dos interesses dos professores, demanda suas assessorias de comunicação, de marketing, jurídica, além de uma equipe de funcionários e diretores dedicados a cada negociação.



Convenções Coletivas de Trabalho

Quanto mais você precisa,
MAIS O SINPRO/RS APARECE

ASSOCIE-SE!